

**ATA NÚMERO VINTE E SETE (2021-2025), DA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 30 DE
NOVEMBRO DO ANO DE 2022: _____**

_____ Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Carregal do Sal, Edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário, sob a presidência do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e com a presença da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.—

_____ **VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM E ABERTURA DA REUNIÃO.** _____

_____ Verificada, assim, a existência de quórum, eram precisamente dezassete horas e trinta minutos, quando o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, declarou aberta a reunião. _____

_____ **APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.** _____

_____ Secretariou e prestou apoio técnico e administrativo, o Chefe de Divisão de Administração Geral, António Manuel Ribeiro. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, informou que na sequência do expediente rececionado e dos assuntos a agendar, tinha elaborado a ordem do dia que a seguir se transcreve: _____

_____ **ESPAÇO RESERVADO AO PÚBLICO** *(a fls. 117v a 119)* _____

_____ 1. ESPAÇO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. *(a fls. 117v a 119)* _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** *(a fls. 119 a 134v)* _____

_____ 2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES. *(a fls. 119 a 134v)* _____

_____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** *(a fls. 134v a 158v)* _____



_____ **DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** (a fls. 134v a 135) _____

_____ 3. INFORMAÇÕES. (a fls. 134v a 135) _____

_____ **FINANÇAS MUNICIPAIS** (a fls. 135) _____

_____ 4. APRECIÇÃO DOS RESPECTIVOS DOCUMENTOS. (a fls. 135) _____

_____ **AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO SOCIAL** (a fls. 135 a 135v) _____

_____ **TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ÁGUAS RESIDUAIS PARA FAMÍLIAS CARENCIADAS** (a fls. 135 a 135v) _____

_____ 5. DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 9251. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 135 a 135v) _____

_____ **EDUCAÇÃO E SAÚDE** (a fls. 135v a 136) _____

_____ **AUXÍLIOS ECONÓMICOS** (a fls. 136) _____

_____ 6. ANO LETIVO 2022/2023. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 136) _____

_____ **TRANSPORTES ESCOLARES** (a fls. 136 a 136v) _____

_____ 7. ISENÇÃO/COMPARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES. REGISTO N.º 7405. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 136 a 136v) _____

_____ **PARCERIA** (a fls. 136v a 137v) _____

_____ 8. CANDIDATURA CENTRO QUALIFICA DA EPT - PROJETOS LOCAIS PROMOTORES DE QUALIFICAÇÕES DE NÍVEL B1/B2/B3. E-MAIL EMANADO DO CENTRO QUALIFICA DA ESCOLA PROFISSIONAL DE TONDELA. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 136v a 137v) _____

_____ **CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES E OUTROS** (a fls. 137v a 138) _____

_____ **APOIO** (a fls. 137v a 138) _____

_____ 9. FOGUEIRA DE NATAL. PEDIDO FORMULADO PELA ARCO - ASSOCIAÇÃO

RECREATIVA E CULTURAL DE OLIVEIRINHA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 137v a 138)*—

— **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES** *(a fls. 138 a 138v)*—

— ***CEDÊNCIAS COM CONTRAPARTIDAS*** *(a fls. 138 a 138v)*—

— 10. CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO. PROTOCOLO DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO COM CONTRAPARTIDAS. LUGAR DE CABANAS DE VIRIATO, CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 138 a 138v)*—

— **FREGUESIAS** *(a fls. 138v a 139v)*—

— ***TRANSFERÊNCIA/DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS*** *(a fls. 138v a 139v)*—

— 11. (DL 57/2019, DE 30/04). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 138v a 139v)*—

— **INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** *(a fls. 139v a 149)*-

— ***MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO*** *(a fls. 139v a 140)*—

— 12. 5.^a ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2022. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 139v a 140)*—

— ***OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO*** *(a fls. 140 a 147v)*—

— 13. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 140 a 147v)*—

— ***EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS*** *(a fls. 147v a 149)*—

— 14. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 147v a 149)*—

— **ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** *(a fls. 149 a 158v)*—

— ***ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO*** *(a fls. 149 a 150v)*-

—21.2 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 156)*—

—**CLASSIFICAÇÃO DE MONUMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL** *(a fls. 156 a 157)*—

—22. CLASSIFICAÇÃO DA CASA DO PAÇO, OU CASA ALARCÃO OU CASA DE S. JOSÉ, NA AVENIDA DONA MARIA EMÍLIA OSÓRIO, 23, EM CABANAS DE VIRIATO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 156 a 157)*—

—**ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO** *(a fls. 157)*—

—23. 1.º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 157)*—

—**PESSOAL AUTÁRQUICO** *(a fls. 157 a 157v)*—

—24. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 157 a 157v)*—

—**LOTEAMENTOS** *(a fls. 157v a 158)*—

—25. 1.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 01/97. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 157v a 158)*—

—**PAGAMENTOS** *(a fls. 158 a 158v)*—

—26. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. *(a fls. 158 a 158v)*—

—De seguida, foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações:—

—**ESPAÇO RESERVADO AO PÚBLICO**—

—(0448/20221130) 1. ESPAÇO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.—

—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar cumprimentos aos membros da Câmara Municipal, aos



Paulo

serviços, às pessoas presentes no Salão Nobre e às que estavam a acompanhar os trabalhos da reunião em direto via *online*. Informou não ter recebido qualquer pedido de inscrição para o uso da palavra no período especialmente dedicado à intervenção do público, questionando se, dos presentes, havia interessados em usar da palavra, no período de antes da ordem do dia. _____

_____ Inscreveu-se para usar da palavra o munícipe Miguel Borges Mamede. _____

_____ *Miguel Borges Mamede.* _____

_____ O munícipe Miguel Borges Mamede apresentou cumprimentos. De seguida, usou da palavra para abordar assuntos referentes à Educação e ao funcionamento das escolas, evidenciando a falta de terapeuta da fala, da psicóloga e a falta de pessoal recordando que os alunos mais jovens entram às sete horas e quarenta e cinco minutos e saem às dezoito horas. A falta de pessoal notava-se mais por altura das refeições, sugerindo para que houvesse um reforço de efetivos para obviar a esse problema. Concluiu a sua intervenção, para também se referir à falta de espaços cobertos e de seguida exhibir duas peças de fruta, de tamanho reduzido, que foram distribuídas aos alunos, não lhe parecendo que o tipo e o tamanho da fruta fosse o mais adequado. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para responder às questões colocadas, agradecendo a intervenção sempre oportuna do munícipe Miguel Mamede, dando nota das diligências feitas no sentido da Diretora do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, dar o número de alunos que precisam de apoio de terapeuta da fala, e psicóloga para que o município se organizasse. Sobre as colaboradoras informou que os serviços estão a fazer as diligências necessárias Na resolução das situações detetadas na escola nomeadamente em relação ao recreio, e nos transportes e estão a ser estudadas soluções que possam ser eficientes e pouco

onerosas, até que exista uma intervenção mais definitiva. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ A Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, usou da palavra para apresentar cumprimentos aos membros da Câmara Municipal, aos serviços, às pessoas presentes no Salão Nobre e às que estavam a acompanhar os trabalhos da reunião em direto via *online*. _____

_____ Respondendo à questão apresentada pelo município Miguel Borges Mamede e complementando a intervenção do Presidente da Câmara, nomeadamente no que dizia respeito à terapeuta da fala e à psicóloga, informou que a psicóloga da Câmara Municipal reuniu, por mais do que uma vez – e a última reunião tinha decorrido na semana anterior – com a psicóloga do Agrupamento de Escolas, estando prevista a concretização de uma parceria em que a psicóloga desta Câmara Municipal iria prestar algum apoio, quando necessário, a alunos sinalizados para o efeito, o que até ao momento não aconteceu. _____

_____ Referiu que o Agrupamento de Escolas iria contactar a Câmara Municipal, quando se registassem alunos em que houvesse necessidade de intervenção, sem que esteja definido um número exato para o efeito, estando, deste modo, a psicóloga desta Câmara Municipal disponível para apoiar. _____

_____ Quanto à terapia da fala, recordou que o projeto educativo Carregal Educa também contemplava esta valência, mas o projeto tinha terminado por não haver mais participação financeira para o efeito, estando a terapia da fala a ser tratada pelo Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal. Os alunos com necessidades estavam a ser sinalizados, sendo que também iria ser feita uma parceria entre o Agrupamento de Escolas e uma Associação para obviar às necessidades educativas em questão. _____

_____ Prosseguiu a sua intervenção para informar que no dia anterior, numa reunião da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, tinha sido aprovada uma nova candidatura



[Handwritten signature]

no âmbito do projeto Carregal Educa, que se prevê venha a iniciar-se no próximo ano, pelo que, na sua opinião, o novo projeto iria resolver alguns dos problemas existentes. _____

_____ Acerca da fruta escolar, afirmou que de há uns tempos a esta data, têm sido apresentadas algumas queixas, mas a Nutricionista que se encontra ao serviço da Câmara Municipal no âmbito do programa Estágios PEPAL, tem acompanhado a entrega da fruta escolar, tendo sido realizada inclusive nesse dia uma reunião com a empresa ICA, fornecedora das refeições, onde foi evidenciado que, por indicação da referida Nutricionista, quando há frutas de calibre mais reduzido, deveriam ser entregues duas peças de fruta. Referiu que não tinha havido quaisquer reclamações sobre as refeições e sobre a fruta escolar, que têm como provadores pais e encarregados de Educação, para além da Nutricionista, sendo que esta técnica elaborava, periodicamente, relatórios exaustivos sobre as refeições dos alunos e a higiene dos refeitórios, relatórios esses que têm tido uma apreciação bastante positiva. _____

_____ A Vice-Presidente da Câmara Municipal aconselhou o município a dialogar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação e ser também ser um dos provadores, mas sobre a fruta escolar mencionou que a Câmara Municipal iria insistir para que, nas circunstâncias relatadas, em vez de ser entregue uma que possam ser entregues duas peças de fruta. Concluiu a sua intervenção para dizer que a Nutricionista da Câmara Municipal a tinha alertado para situações em que a fruta aparece com pintinhas, que era uma situação normal, pois a fruta era de boa qualidade. _____

_____ Com estas intervenções, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, declarou encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

_____ (0449/20221130) 2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES. _____

_____ *Intervenção do Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores.* _____

———A participação em reuniões e outras iniciativas dos membros em permanência da Câmara Municipal consta de documento em anexo que se considera parte integrante desta ata. —————

———**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** —————

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que estavam reunidas as condições de aprovar as atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, realizadas nos dias treze e trinta e um de outubro do corrente ano, enviadas oportunamente para receção de contributos. Relativamente à ata da reunião dia treze não foram recebidos mais contributos. —————

———Colocada em votação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia treze de outubro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e abstenção do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo. —————

———**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM TRINTA E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** —————

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para referir que sobre o projeto de ata da reunião ordinária realizada no dia trinta e um de outubro, tinha sido pedida uma proposta de alteração, por parte do Vereador Manuel António Tavares Santos, relacionada com a sua intervenção quando fez alusão que as reuniões desta Câmara Municipal eram demasiado extensas, nomeadamente no período de antes da ordem do dia, tendo dado como exemplo que havia câmaras municipais bastante mais céleres, sugerindo que tal constatação pudesse ser tida em



conta, na medida em que no período de antes da ordem do dia, por vezes, ultrapassava-se a hora e meia, quando o limite legal e regimental era de no máximo de uma hora. Assim, a proposta do Vereador Manuel António foi no sentido de acrescentar esse dado, correspondendo à intervenção que tinha feito, face à sua aparente omissão no projeto de ata, o que tinha sido aceite.

Colocada em votação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e abstenções da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.

USO DA PALAVRA NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Presidente da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para abordar os assuntos a seguir descritos.

Destacou a visita ao Concelho de Sua Excelência, O Senhor Ministro da Cultura e os momentos nos quais este membro do Governo esteve envolvido, afirmando ter sido de extrema importância para o projeto da Casa do Passal a sua apresentação pública no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes. A integração do Centro Cultural de Carregal do Sal, na Rede Nacional de Teatros e Cineteatros tinha sido também um momento marcante e para a dignificação da comemoração dos cento e cinquenta anos da Sociedade Filarmónica, a presença do Ministro da Cultura foi incontornável, pelo que pretendia dar o registo do êxito da iniciativa em causa, até porque o Senhor Ministro fez questão de mandar uma mensagem a agradecer a forma como foi recebido e como a cerimónia tinha decorrido, pedindo desculpa por não ter ficado mais tempo, sobretudo para a hora do almoço, mas os

compromissos assumidos no Porto não lhe permitiram tal propósito. Disse ter recebido idêntica missiva de agradecimento, emanada da Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato, dando especial enfoque ao facto da visita do Senhor Ministro da Cultura ter contribuído decisivamente para a dignificação do momento e do ato dos cento e cinquenta anos da Sociedade Filarmónica. Assim, afirmou que se congratulava com a visita ao Concelho do Senhor Ministro da Cultura, sendo certo tal visita também fez algum eco, não só pelos órgãos de comunicação social, mas também pela presença dos deputados da Nação de duas bancadas (Partido Socialista e Partido Social Democrata). —

———Aproveitou para informar que neste tempo de preparação do Orçamento do Estado, a visita do membro do Governo foi importante para ter a perceção do que se estava a passar com a Requalificação e Musealização da Casa do Passal, tendo dado informações detalhadas sobre as diligências feitas sobre o mesmo assunto e de ter notado uma evidente convergência positiva em torno do projeto Aristides de Sousa Mendes e da Casa do Passal, mormente no que diz respeito ao reforço de verbas para a boa conclusão deste projeto.———

———Mudando de assunto e no prosseguimento da sua intervenção, deu informações pormenorizadas acerca das reuniões havidas com diretores da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, no sentido do Município poder voltar a ter na sua posse o antigo Quartel-Sede, para no mesmo vir a ser edificada habitação, constituindo uma bolsa para arrendamento a preços acessíveis, através de uma candidatura específica e enquadrada na Estratégia Local de Habitação. Disse ser uma medida que tinha sido recentemente lançada no âmbito da missão do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, estando a ser estudada essa possibilidade de candidatura, sendo certo que já tinha sido feito um estudo prévio que foi apresentado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, sabendo que a Direção tinha concordado com essa



proposta, necessitando agora da intervenção e da aprovação da Assembleia-Geral. O aproveitamento do espaço passará por uma candidatura a levar a efeito pelo Município de Carregal do Sal para a concretização de seis T0 e treze T1, que poderiam ajudar a resolver os problemas de habitação, sobretudo em arrendamento jovem. Saliou que o Presidente da Direção o tinha informado que no dia dezanove de dezembro do corrente ano iria ser realizada uma Assembleia-Geral para analisar e aprovar a cedência do imóvel em causa (antigo Quartel Sede) para o Município de Carregal do Sal. Recordou que este imóvel já tinha estado na posse do Município, como contrapartida pelo diferença do preço pago da empreitada do atual Quartel e a comparticipação havida, tendo mais tarde voltado à posse da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal. Atualmente e para se tentar viabilizar e resolver em definitivo o problema existente perante o estado de degradação daquele espaço, sobretudo devido a infiltrações de água nas instalações e pelo facto da estrutura em si não aguentar muito mais tempo sem ruir, existia a possibilidade a que tinha aludido. Deste modo, estava a tentar-se arranjar uma solução para viabilizar um problema antigo, tentando encontrar uma solução nova, mas também muito nobre e que dignificava o edifício no âmbito da sua recuperação, mantendo a fachada e o hall de entrada para perpetuar a memória e o respeito pelo antigo Quartel Sede, face à história riquíssima que estava associado ao mesmo. A sugestão dada pela Associação Humanitária tinha sido de imediato concertada com o projetista, que a colocou no anteprojecto que, entretanto, foi feito, cuja tramitação posterior dependerá da sua aprovação em Assembleia-Geral, a realizar no dia dezanove de dezembro do corrente ano. _____

_____Deu, ainda, especial enfoque a duas participações: uma em Barcelona, em representação do Município de Carregal do Sal e com todos os outros Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no âmbito da iniciativa das Smart Cities. Disse ter sido um momento extremamente importante, perante os meios e as

técnicas que podem ser usadas para a sustentabilidade das nossas cidades e dos nossos Concelhos. Disse serem estratégias já utilizadas em projetos noutras países e noutras cidades, com grande importância e um valor acrescido bastante significativo, valendo a pena adquirir o conhecimento sobre a forma de implementar medidas, tanto na área da sinalização como das rodovias, como na área do saneamento. Integrado nesta iniciativa global, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões apresentou também um projeto, referente à sinalização de todas as estradas dos municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões que se encontravam em péssimas, em medíocres e em razoáveis condições. Disse ser um programa que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões desenvolveu, que é pioneiro no nosso País, tendo sido esta a razão principal da Comunidade o ter apresentado no certame levado a efeito, aferindo-se, também, o que estava a ser feito em outras comunidades intermunicipais, na medida em que também tinham estado presentes as Comunidades Intermunicipais do Oeste, do Norte e do Algarve, num total de quatro entidades do género. A iniciativa contou, ainda, com a presença da Ministra da Coesão e do Secretário de Estado da Internacionalização, que esteve com todos os presidentes de Câmara participantes. Concluiu esta sua parte da intervenção, afirmando que pretendeu evidenciar a importância que tem este tipo de iniciativas, referindo que certas câmaras municipais tinham também determinado a presença de técnicos, medida que, no seu entendimento, poderia ser equacionada e ponderada no próximo ano, já que este congresso internacional das Smarts Cities realiza-se, anualmente, em Barcelona. —

———Deu informação sobre a reunião havida com a empresa Portbridge, uma empresa que faz estruturas para manutenção às pontes do nosso País, ao que sabia a única que o fazia em Portugal, sendo certo, ainda assim, que o seu mercado principal era o internacional. Disse tratar-se de um processo que tinha transitado do anterior Executivo, mas que por diversas razões a empresa ainda não tinha dado início ao referido



investimento, tendo então reunido para dar nota que iriam iniciar o mesmo durante o mês de dezembro, encontrando-se a tramitação processual concluída e aprovada por esta Câmara Municipal. Não obstante o referido, disse que o Executivo Camarário foi confrontado com o facto de no passado ter sido autorizada a descarga no lote da Portbridge de terras, entulhos e restos de construção provenientes da empresa Aquinos e a verdade é que alegadamente havia um compromisso por parte do anterior Executivo de que quando fosse necessário iniciar a obra no lote em causa que se iria retirar todo o entulho depositado. Disse que os representantes da empresa tinham vindo dar conta deste propósito, solicitando a retirada do entulho do mencionado lote, sendo que tais trabalhos têm um preço significativo, entre quinze e trinta mil euros, pelo que, tratando-se de entulho proveniente da empresa Aquinos, perguntou à Vereadora Cristina Borges se tinha algum conhecimento sobre o assunto, na medida em que aparentemente não existia nenhum documento escrito sobre quem teria de proceder à retirada do mencionado entulho, se a Câmara Municipal ou se a empresa Aquinos. Disse que o atual Executivo Camarário necessitava de um esclarecimento, para saber em concreto o que se passou, de modo a tomar decisões com a máxima celeridade possível. _____

_____Relativamente à última reunião e à abordagem feita à empresa Fuel Cell Power, disse ter tido a preocupação de procurar nas atas as vezes que foi elencado o nome da empresa, em diversas reuniões, nomeadamente quando os Vereadores da Oposição disseram que nunca tinham levantado outras questões para além da sede da empresa e da sua origem, pelo que deixava a documentação para sua consulta se assim o entendessem, de modo a poderem verificar o que foi dito e avivar a memória _____

_____No concernente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, informou que tinham sido realizadas reuniões com as Juntas de Freguesia e líderes partidários. No que diz respeito à reunião com as Juntas de Freguesia afirmou que a mesma tinha decorrido

muito bem, resultando na apresentação de propostas por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia, tendo sido possível encontrar inclusive formas de apoiar, nomeadamente com o aumento das verbas, tendo como contraprestação a limpeza, deservagem e limpeza e beneficiação de caminhos florestais. Foi firmado um acordo, com o reforço de verbas, bastante interessante para ambas as partes. _____

_____ Da reunião com os líderes partidários disse que tal resultado não foi tão evidente, traduzindo-se apenas no recebimento de um *email* do Vereador Luís Fidalgo, dando nota de que, apesar de não ter estado na reunião e se ter feito representar pelo Vereador Manuel António, Tavares Santos, o Partido Social Democrata não apresentava nenhuma proposta, porque na abordagem feita pelo Presidente da Câmara terá sido dito que seria impossível, do ponto de vista orçamental, garantir no início de dezembro algum outro projeto que pudesse onerar o Orçamento existente, face à limitação de recursos financeiros, por não ser possível contar para já com os montantes do saldo de gerência que vão ser na ordem dos dois milhões e trezentos mil euros. _____

_____ Esclareceu que a engenharia que é necessário ter na elaboração de um Orçamento é sobremaneira difícil e complexa, havendo, inclusive, necessidade de retirar alguns valores, em algumas rubricas, que, a partir do mês de fevereiro do próximo ano, seriam repostas aquando da integração do saldo de gerência. Também foi dito que se os Vereadores entendessem fazer alguma proposta, em fevereiro do próximo ano analisar-se-ia a possibilidade de a poder integrar, pelo que o texto que vinha sido vertido no documento do Vereador Luís Fidalgo dava a entender que não tinham apresentado nenhuma proposta, por não existirem verbas disponíveis, faltando, no entanto, referir que se os Vereadores entendessem fazer alguma proposta, a respetiva rúbrica poderia vir a ser aberta com um valor reduzido e em fevereiro do próximo ano analisar-se-ia a possibilidade de a poder integrar de forma mais substantiva. _____



[Handwritten signature]

—Em conclusão deste assunto, afirmou que era esta a retificação que pretendia fazer, na medida em que uma parte da verdade era no sentido do que tinha sido dito que a possibilidade de apresentar e contemplar adequadamente uma proposta afigurava-se difícil por não haver verbas para o efeito, mas a outra parte da verdade era de que também foi dito que se a Oposição quisesse acrescentar mais alguma proposta, o poderia fazer, inscrevendo rúbrica para o efeito com valor meramente residual e com possibilidades de em fevereiro do próximo ano se analisar e discutir a oportunidade da sua realização. —

—Concluiu a sua intervenção para informar que face à previsível tolerância de ponto que o Governo costumava proporcionar por altura do Natal e Fim do Ano, se iria esperar por um despacho do Senhor Primeiro Ministro, mas que, para já, se outra medida não fosse decretada iria ser dada tolerância de ponto na tarde do dia vinte e três de dezembro do corrente ano, de modo a que os trabalhadores pudessem participar na Festa de Natal das crianças, filhos e filhas dos funcionários. —

—Recordou que a Ceia de Natal iria ser apenas para os trabalhadores e colaboradores, a que se iria acrescentar os executivos e presidente do órgão deliberativo das Freguesias e que em separado fosse proporcionada uma Festa de Natal para os filhos e filhas dos trabalhadores, de modo a obviar à constatação recorrente de que as crianças ficavam de pé até bem tarde à espera do momento da partilha dos presentes. Desta forma iriam existir dois momentos: um no dia vinte e um para a Ceia de Natal dos trabalhadores e colaboradores; outro no dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e dois para a Festa de Natal dos filhos e filhas dos trabalhadores, razão pela qual se sugeriu a tolerância de ponto na tarde desse dia para que os pais pudessem levar as crianças a essa Festa que estava a ser preparada. —

—Ao dar por concluída a sua intervenção deu a palavra aos restantes membros da Câmara Municipal. —

————— *Vice-Presidente da Câmara Municipal.* —————

————— A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, usou da palavra para reafirmar os cumprimentos já apresentados e fazer a sua intervenção nos termos a seguir descritos. —————

————— Deu especial relevância ao facto de já ter sido apresentada a plataforma do Associativismo, estando a mesma em construção e disponível no portal do Município. Disse esperar que a plataforma pudesse ter continuidade e o efeito desejado e possa ser uma ferramenta ao serviço do Associativismo, pois não faria sentido a existência desta plataforma se as associações não aderirem. Por isso, apelava a que todas as associações fizessem a sua adesão, acompanhando o já estava a ser feito pelo Clube de Futebol de Carregal do Sal. —————

————— Prosseguindo a sua intervenção, deu informação de que o Município no passado dia vinte e cinco do corrente mês e ano, tinha sido distinguido com o “Galardão Município Amigo do Desporto”, sendo que na cerimónia de entrega do prémio tinham estado presentes, em representação da Câmara Municipal, o Chefe de Gabinete António Jorge Ribeiro de Figueiredo e o Adjunto António José Rodrigues dos Santos. O prémio distinguiu as boas práticas na área do Desporto e promoveu o trabalho em rede de um leque de municípios, pelo que o Executivo Camarário se congratulava com a entrega deste galardão. -

————— Disse ser para já o que tinha para informar, estando disponível para dar outras informações, nomeadamente as que resultarem de algumas explicações sobre o documento de participações. —————

————— *Vereador José Dias Batista.* —————

————— O Vereador José Dias Batista usou da palavra para apresentar cumprimentos a todos os presentes e aos que estavam a assistir *online*, fazendo a sua intervenção nos termos a seguir descritos. —————



—
—

—Disse pretender abordar dois assuntos: o primeiro que teve a ver com a parceria estabelecida com a Quercus, referente ao encontro regional realizado em Carregal do Sal, sobre a questão das alternativas ao uso dos herbicidas. Referiu que foi um encontro que teve participação presencial e *online*, o Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes tinha estado composto, mas a informação que tinha recebido foi de que *online* foram registados alguns milhares de pessoas a assistir. No encontro foram debatidas as alternativas que existiam, que não eram muitas e passavam essencialmente pela deservagem manual e uma consciencialização sobre o que se ganhava se todos soubessem conviver um pouco com as ervas, pois essa tinha sido a grande conclusão a que se tinha chegado. O estereótipo de que a erva estava quase a nascer e já tinha que haver alguém para a cortar era algo que teria de cair em desuso, na medida em que as ervas fazem parte da paisagem e do Planeta. —

—Deu nota, ainda, que tinha estado presente em Aveiro na entrega de prémios da Gala de Desporto da Natação da Região Centro, para acompanhar o técnico Rui Ferreira e o nadador Gil Mendes, tendo este sido agraciado com uma distinção. Disse ter sido uma tarde especial, por se constatar que pessoas com as dificuldades que têm, algumas delas bem piores que às do Gil Mendes, se superam através do Desporto, sendo algo que dava alento para seguir em frente e tentar ultrapassar os momentos menos bons que de um ou de outro modo todos têm na vida. Deu os parabéns ao Gil Mendes, que se tem esforçado, superado e que se continuar com esse bom trabalho, sem descurar a parte dos estudos, o Concelho poderá ter alguém que muito o orgulhe no Desporto Paralímpico. —

— *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* —

—A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges, usou da palavra para apresentar cumprimentos a todos os presentes e aos que estavam a assistir *online*, fazendo a sua intervenção nos termos a seguir descritos. —

———Relativamente à intervenção do Presidente da Câmara, no que diz respeito à reunião do passado dia vinte e um do corrente mês e ano, especialmente destinada à preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, afirmar que era seu hábito escrever tudo o que era dito e, muitas vezes, até conseguia registar a forma como as coisas eram ditas. E aquilo que o Presidente da Câmara Municipal dissera foi de que o Orçamento tinha um grau de imprevisibilidade muito grande, tinha um aumento significativo de dívida de cerca de quatro milhões de euros, fruto do desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação e da Transferência de Competências, encontrava-se bastante limitado até fevereiro do próximo ano, sendo que após a integração do saldo de gerência as coisas poderiam ser diferentes, até porque também estavam em curso algumas candidaturas a fundos comunitários. Recordou que na altura lhe perguntou se lhe podiam ser enviados os documentos até à sexta-feira seguinte, com a intenção de dar alguns contributos, mas como não tinham chegado não tinha dado qualquer contributo. Em fevereiro iria ver quais os contributos que poderia dar, na mediada em que o Presidente da Câmara Municipal referiu, o que tinha ouvido perfeitamente e também tinha escrito, que os contributos que viessem a ser dados, faria questão de se referir à sua proveniência, mas que só seria possível equacionar a admissão dos mesmos em fevereiro do próximo ano. Mas também já percebeu que havia coisas que eram ditas e que depois não eram corretamente vertidas para a ata, pelo que a sua abstenção na aprovação da ata de trinta e um de outubro do corrente ano teve isso mesmo em linha de conta. A verdade é que o Presidente da Câmara Municipal Quando se referiu às reuniões em determinadas câmaras municipais, nomeadamente no concernente ao período antes da ordem do dia, afirmou que as mesmas são relativamente simples e rápidas e nas reuniões desta Câmara Municipal era sempre ultrapassado o tempo máximo, pelo que se assim se continuasse, tinha insinuado, de facto, que provavelmente o tempo iria ser cortado.———



[Handwritten signature]

—— Mas voltando ao tema do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, reafirmou que face a toda a imprevisibilidade referida até fevereiro do próximo ano, de facto não valia a pena estar a dar contributos e aguardaria por essa altura.——

—— Prosseguiu a sua intervenção para endereçar os seus parabéns à visita ao Concelho do Ministro da Cultura, nomeadamente pela bonita cerimónia que foi feita, quer nos Paços do Concelho e no Centro Cultural de Carregal do Sal, quer em Cabanas de Viriato, na Casa do Passal e na Sociedade Filarmónica. Deu os parabéns à Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato e, como o Presidente da Câmara referiu, foi uma cerimónia que em muito dignificou o Concelho de Carregal do Sal e também a Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato na passagem dos seus cento e cinquenta anos. Estranhou, no entanto, que numa cerimónia tão importante que em muito dignificou o Concelho de Carregal do Sal que o Vereador José Dias Batista e o Chefe de Gabinete António Jorge Ribeiro de Figueiredo tenham estado ausentes, para participar numa outra iniciativa fora do Concelho. Apesar de lhes assistir tal direito, num dia tão importante, julgava que poderiam ter obviado a essa situação, garantindo a sua presença.——

—— Relativamente à lista de participações evidenciou uma reunião com o Clube de Futebol de Carregal do Sal, perguntando qual o assunto abordado nessa reunião.——

—— Mudando de assunto, congratulou-se e deu os parabéns ao Gil Mendes pelos êxitos conquistados e a distinção que lhe foi atribuída e, sem pretender melindrar ninguém, afirmou que relativamente ao Gil Mendes e ao seu treinador, não custava nada dizer que o projeto do treino do Nadador e constituição da Escola de Natação tinham sido iniciados no anterior Executivo, que em boa hora o fez, porque essa aposta está realmente a dar frutos, quer em termos individuais, quer em termos de Escola e Natação. Manifestou, assim o seu regozijo e apresentou o seu reconhecimento, expressando a continuação da manutenção dos sucessos obtidos, porque o Gil Mendes era de facto um campeão, endereçando,

também, os parabéns aos técnicos Rui Ferreira e Guilherme Cardoso, que estiveram na essência do início da Escola de Natação. _____

_____ Referindo-se ao “Galardão Município Amigo do Desporto”, afirmou que as coisas são assim e existem, porque foram trabalhadas no passado, a par de outros eventos e outras iniciativas que, em boa hora, o atual Executivo Camarário decidiu continuar a abraçar, sendo sinal que as iniciativas eram boas. _____

_____ Em relação às alternativas ao uso dos herbicidas, disse ser uma batalha que já vinha de há vários anos e todos já tinham percebido que as pessoas teriam que ter mais cuidado com aquilo que têm à frente de suas casas, recordando que antigamente as pessoas procediam às limpezas da parte frontal das suas habitações e até um pouco mais. Em vários países estrangeiros, isso também acontecia e continuava a acontecer, mas a verdade é que as pessoas no Concelho foram-se habituando a que outros o fizessem por si, criticando-se por tudo e por nada, por uma ervinha pequenina ou por uma ervinha maior. Mas independentemente do expandido, a verdade é que o Concelho de Carregal do Sal estava um pouco desmazelado, evidenciando o facto de finalmente terem tapado a fotografia de Aristides de Sousa Mendes, que parecia estar a espreitar, numa lona sobreposta por uma outra que se encontrava danificada com uma ponta deitada abaixo, num outdoor instalado no Itinerário Complementar Doze, situação sobre a qual tinha dado algumas dicas em algumas reuniões. Tal situação esteve assim desde junho até à presente data e só agora é que voltaram a atar os atilhos da lona. Esteve assim durante tanto tempo, com imensa gente a criticar, sendo esta a imagem de desmazelo da Câmara Municipal. _____

_____ Relativamente à abordagem do Presidente da Câmara Municipal à empresa Fuel Cell Power e na disponibilização da documentação donde constavam as intervenções dos Vereadores da Oposição, e do que disseram acerca da empresa, reafirmou que o que tinha feito foi ter lido em voz alta o contrato promessa de compra e venda e questionado



[Handwritten signature]

legitimamente a Câmara Municipal sobre o que se encontrava plasmado no mesmo, pelo que se alguma polémica foi levantada isso deveu-se exclusivamente à postura do Presidente da Câmara. _____

_____ Em relação ao entulho colocado no lote da Portbridge disse não ter conhecimento e informou que iria perguntar e tentar saber, junto de quem de direito, o que se tinha passado e que faria chegar a informação logo que a tivesse. _____

_____ *Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.* _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para apresentar cumprimentos a todos os presentes, aos membros da Câmara Municipal, aos trabalhadores que estavam a garantir a realização e a transmissão da reunião e aos que estavam a assistir *online* à reunião. _____

_____ No início da sua intervenção perguntou ao Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao antigo Quartel Sede dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal sobre se a proposta de construção de habitação era para seis T0 e treze T1. Um outro assunto, que também não tinha percebido, foi o intuito da reunião com a Portbridge. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar os esclarecimentos ao Vereador Luís Fidalgo, confirmando o número e tipologia de frações da proposta sobre o antigo Quartel Sede. Quanto à Portbridge informou ser uma empresa que tinha feito a compra de um lote no Parque Industrial de Sampaio, para fixar uma unidade produtiva especialmente vocacionada para a construção de estruturas que dão apoio à manutenção de pontes e que, no seu terreno/lote, o qual escriturou tinha e tem entulho, tendo agora vindo solicitar que a Câmara Municipal o retirasse. O entulho proveio da empresa Aquinos e como não há nada escrito sobre o compromisso do Município, seria necessário aferir se ouve ou não compromisso do

Município, ou se tal responsabilidade pertence à empresa Aquinos, na medida em que os trabalhos de remoção rondam um custo entre quinze e trinta mil euros. _____

_____ *Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.* _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para referir que tinha sido esclarecido, alegando que numa fase inicial pensou que a empresa Portbridge tivesse a ver com a intervenção nalguma ponte do Concelho de Carregal do Sal. _____

_____ De seguida, pediu ao Presidente da Câmara Municipal relativamente à questão dos contributos para o Orçamento e para as Grandes Opções do Plano, para, se possível, fazer a leitura do seu *email*. _____

_____ Relativamente às suas intervenções neste ponto, disse pretender referir o seguinte:—

_____ Congratular-se, como também já tinha sido referido, com a visita do Senhor Ministro da Cultura, evidenciando as razões da visita e a forma como decorreu a receção e os atos simbólicos em que o Membro do Governo esteve envolvido e, desde logo, associar-se e referenciar os cento e cinquenta anos da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato, que também foi uma das motivações para a visita do Senhor Ministro da Cultura. Os cento e cinquenta anos de uma associação, no caso da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato, que é a mais antiga do Concelho de Carregal do Sal e, se calhar, do Distrito de Viseu, serão sempre de enaltecer e merecer os maiores elogios, pelo que deste modo deixava uma palavra, também enquanto Vereador, de Parabéns à Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato. _____

_____ Sobre a intervenção que o Presidente da Câmara Municipal tinha feito, a leitura das últimas atas referentes à empresa Fuel Cell Power, afirmou que reservava o direito de ver os apontamentos que possuía, ver os elementos que foram colocados à disposição dos Vereadores da Oposição, referindo, no entanto, não estar a compreender quais as questões que agora se estavam a levantar relativamente à empresa em causa, do que gostaria de ser



[Handwritten signature]

esclarecido. _____

_____ Acerca do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e sobre os contributos, mencionou que bastava ler o tal *email*, pois no mesmo estavam justificadas e explícitas as razões por que não foram apresentados contributos, afirmando que se revia nos argumentos que foram referenciados pela Vereadora Cristina Borges. _____

_____ Relativamente a este tipo de documentação, disse pretender referir que sendo documentos muito extensos e muito técnicos, os mesmos deveriam chegar aos Vereadores da Oposição com maior antecedência e, provavelmente, também teriam de pedir uma assessoria para a leitura de muito daquilo que está ínsito nesses documentos. _____

_____ No que diz respeito à Escola de Natação e às restantes referências que foram feitas, associava-se, naturalmente, a tudo o que aqui tinha sido dito. _____

_____ Recordando o que tinha sido abordado em anterior reunião pelo Presidente, de que a Câmara Municipal tinha contribuído para a melhoria do Centro de Saúde de Carregal do Sal, através do fornecimento ou instalação de uma central telefónica com cinco linhas, deu nota de que nesse mesmo dia tinha experimentado tentar ligar sem nada conseguir e, depois com outros testemunhos de dias anteriores, pelo que lhe parecia que nem uma linha funcionava. Não sabia se era da central telefónica, mas a verdade é que o problema existia e era muito difícil para uma qualquer pessoa fazer um contacto via telefone para o Centro de Saúde de Carregal do Sal. _____

_____ E porque existia a candidatura que vem referenciada nos documentos previsionais do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, constantes de ponto específico, referente à requalificação ou remodelação do Centro de Saúde de Carregal do Sal, quis saber se o Município tinha já alguma calendarização e soluções quando essa intervenção estiver a ser feita, ou seja, presumindo-se que o edifício vai ser todo intervencionado, se o mesmo tiver de ser encerrado, tal propósito implicará arranjar alternativas para o serviço de saúde que o

mesmo presta. Disse que, naturalmente, este assunto era muito relevante, pelo que reafirmou que gostaria de saber se existia alguma previsão, calendarização, soluções para dar respostas. Julgava que as respostas e o planeamento atempados eram extremamente importantes, tanto mais que a Saúde era aquela que hoje no Município é muito relevante para muita gente, sobretudo aqueles que não têm a oportunidade para se socorrer de saúde privada. _____

_____ Associado ao ora referido, estava também em causa o encerramento da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, bastando olhar para os comentários que são feitos nas redes sociais, mas o mais importante seria encontrar uma solução para a retoma do funcionamento da Extensão do Centro de Saúde, que de acordo com o aviso publicitado estava prevista para o dia seguinte ao da reunião, com médico e restante pessoal disponível. _____

_____ Todavia, a sua perspetiva era outra, pelo que questionou o Presidente da Câmara sobre se tinha alguma projeção do que iria ser a Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato no futuro e, sobretudo, na sequência do melhoramento e das obras de intervenção do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Mais do que estar a discutir pequenos pormenores, o que era importante era ter uma noção previsional e prudente do que iria ser a Saúde no Concelho e o que iria ser a Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, pelo que gostaria de ouvir o Presidente da Câmara referir-se a esta matéria e sobre a estratégia a seguir. _____

_____ Concluiu a sua intervenção para deixar um último apontamento, referente a um assunto muito simples, falado numa reunião há mais de seis meses, e sobre o qual tinha havido um compromisso de que, junto de quem de direito, iriam ser feitas diligências e que tinha a ver com a marcação da estrada Carregal-Tondela, que de facto estava em péssimo estado, renovando esse pedido de que seria preciso intervir naquela sinalética no mais curto espaço de tempo possível. _____



_____ Prof _____

_____ Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges. _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges pediu para usar da palavra para complementar a sua intervenção anterior, pelo que, no seguimento da intervenção do Vereador Luís Fidalgo, referente ao funcionamento da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, perguntar se o Presidente da Câmara Municipal tinha algum *feedback* da reunião havida com a comissão que tinha sido designada na reunião realizada no Lagarto da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato e que ficou em ser recebida pela coordenadora do Centro de Saúde ou pelo médico que a estivesse a substituir. _____

_____ Relativamente ao que a Vice-Presidente disse no que diz respeito às psicólogas e à terapeuta da fala e ao facto da Câmara Municipal não ter informação sobre as crianças sinalizadas, afirmou que se estava no Natal e essas informações já deveriam ter sido transmitidas e serem do conhecimento da Câmara Municipal. _____

_____ Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para responder às questões suscitadas, evidenciando que iria fazer os esclarecimentos ao seu alcance e daria a palavra à Vice-Presidente para dar informações as questões na área da Educação. _____

_____ À Vereadora Cristina Borges respondeu que em relação aos contributos para o Orçamento e para as Grandes Opções do Plano a sua intervenção teve a ver com um *email* do Vereador Luís Fidalgo e era disso que tinha falado. Quanto ao facto de apontar e escrever o que é dito, afirmou que ele próprio também fazia o mesmo, sabendo muito bem o que tinha dito, bem como também estava gravado. _____

_____ Em relação ao que a Vereadora tinha dito sobre a não participação do Vereador José Dias Batista e do Chefe de Gabinete António Jorge Ribeiro de Figueiredo na visita do Ministro da Cultura, por se encontrarem ausentes do Concelho, afirmou que pouco teria

para dizer à senhora Vereadora, é livre de pensar o que quiser, não compreendendo as razões pelas quais alguém que não dá o exemplo pode apontar o dedo, desafiando que cada um olhasse para si mesmo, assim teria muito mais a falar de si do que falar dos outros, sendo que o senhor Vereador tinha sido substituído pela Vereadora Inês Pereira. —

———Em relação à reunião com o Clube de Futebol de Carregal do Sal, o que poderia responder é que existiu uma reunião com diretores do Clube que tinham vindo dar nota de que iriam fazer um esforço financeiro para continuar o seu campeonato até ao final, porque a classificação em que se encontravam neste momento era a de primeiro classificado no seu grupo e, apesar de terem aventado a possibilidade de terminar a sua participação em dezembro, face dos bons resultados alcançados e que o Clube tinha neste momento, prontificaram a informar, de imediato que iriam promover algumas iniciativas para angariar apoios financeiros para continuar a sua participação no campeonato, porque estando em primeiro lugar, o Clube iria subir para a Divisão de Honra. —————

———Acerca do atleta Gil Mendes, afirmou que era um apaixonado pelo trabalho que o jovem nadador estava a fazer, já o tinha transmitido ao próprio e à família e a Câmara Municipal estava a dar o apoio possível, seja de seguimento àquilo que se fez no passado, seja no que está a ser feito no presente, sendo que o importante era que ninguém tirasse louros do que quer que fosse, pois a missão da Câmara Municipal e dos seus eleitos era de apoiar este jovem. O importante era o presente, o importante era que esta Câmara estava a dar todo o apoio necessário, não só ao Gil Mendes, mas também a um outro atleta que, entretanto, foi inserido e, deste modo, o caminho faz-se caminhando. O atual Executivo Camarário apanhou o processo da maneira como o encontrou, deu-lhe continuidade e era isso que importava dar destaque e reconhecer o trabalho feito, com especial enfoque, também, para o apoio que a família tem dado. —————

———Em relação à lona danificada do outdoor, referiu que em tempo algum tinha ouvido



a Vereadora Cristina Borges falar de tal assunto nos oito meses a que se referiu. Disse ter também perguntado à Vice-Presidente, ao Vereador José Dias Batista e ao Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, este por mensagem, se conheciam o problema da lona e todos responderam desconhecer. Deste modo, pediu à Vereadora Cristina Borges que indicasse qual era o problema para se poder intervir e solucionar. _____

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que o problema já foi resolvido ao fim de oito meses. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para fazer uma sugestão à Vereadora Cristina Borges para, numa próxima vez que constataste alguma situação do género, o pudesse informar na reunião, de modo a que os serviços municipais possam intervir com celeridade. _____

_____ *Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou, de novo, da palavra para referir que era estranho que durante oito meses ninguém tenha visto que a lona se encontrava danificada; provavelmente terão lá passado muitas vezes, a não ser que não transitem pelo Itinerário Complementar Doze. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que a Vereadora Cristina Borges tem responsabilidades na Câmara Municipal e já as teve a tempo inteiro no passado e poderia ter alertado para o facto em causa. –

_____ *Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que não

o tinha feito de propósito, apesar de ter sido incentivada a dizer, não o tinha feito para ver até que ponto chegava tal situação e como já tinha referido era a esta a situação de desmazelo e a imagem do Concelho. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dizer que não compreendia a ideia e postura da Vereadora Cristina Borges e solicitar de novo que em relação a situações futuras, pudesse haver o alerta de imediato, de modo a que os assuntos possam ser resolvidos com a máxima celeridade e não esperar que a casa pegue fogo para depois pedir ajuda. _____

_____ Em relação à questão da Saúde e do funcionamento do Centro de Saúde disse iria responder às questões da Vereadora Cristina Borges e do Vereador Luís Fidalgo, dando informação sobre a reunião havida em Cabanas de Viriato, muito participada e muito interessante, com cerca de duas a três centenas de pessoas. Tinha recebido vários telefonemas nessa tarde a sugerirem-lhe que não fosse à reunião, porque havia pessoas que o poderiam tratar mal, mas se alguma dúvida tivesse em ir à reunião, com mais vontade ficou em participar na mesma após os alertas e os contactos telefónicos havidos, é um presidente para os bons e maus momentos. Na reunião, estavam na verdade todos os eleitos da Oposição, pessoas do Concelho e algumas pessoas que não eram do Concelho e apesar do receio que eventualmente pudesse ter sobre a forma como a reunião iria decorrer, a verdade é que a mesma decorreu com normalidade, não tendo havido qualquer intervenção indelicada nem agressiva, tendo havido um trato cordial com todos os intervenientes. Registou-se uma conversa muito saudável entre todas as pessoas e aquilo que disse na reunião foi de que o Presidente da Câmara Municipal atualmente em funções é para os bons e para os maus momentos, sendo que nos maus momentos fará um maior esforço para estar junto das populações, porque foi essa a responsabilidade que assumiu



com as pessoas, é esse o compromisso pós-eleições que venceu com maioria expressiva. O momento era de preocupação, tendo em conta a possibilidade que estava a ser aventada de que aquela Extensão de Saúde iria fechar. Disse ter dado garantias de que a Extensão de Saúde não encerraria, enquanto fosse Presidente da Câmara, e tudo iria fazer para criar condições para que, no futuro próximo, aquela Extensão de Saúde tivesse a dignidade e o conforto que os utentes merecem, ainda que seja do seu conhecimento que existam pessoas que advoguem que a Extensão deveria encerrar face à proximidade do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Não é o seu entendimento, nem nunca foi quando teve a coordenação do Centro de Saúde, porquanto a Saúde deve ter serviços de proximidade às populações e a Extensão em causa serve sobretudo, Beijós, Pardieiros, as Póvoas, as localidades da Freguesia de Cabanas de Viriato e as populações de Travanca de S. Tomé e do Sobral, defendendo que aquela Extensão deveria ter dois médicos. Na reunião em causa disse ter apresentado os esclarecimentos que se mostraram necessários, informou quais eram as diligências que tinha feito e que iria fazer em cooperação com a coordenadora do Centro de Saúde e também com o ACES Dão Lafões, tendo ficado assumido o compromisso de que depois do dia trinta do corrente mês e ano, a situação voltaria ao que era antes, estando a situação resolvida no mês de dezembro do corrente ano. Disse ser essa a expectativa que tinha, pois foi esse o compromisso firmado e esperava que a palavra dada fosse cumprida e honrada, no sentido de voltar a haver consultas na Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato.

— Tentando ir mais longe, no que foi o repto do Vereador Luís Fidalgo, disse que a sua estratégia, enquanto Presidente da Câmara, passaria por ajudar a criar condições para que a Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato possa contar com dois médicos, de forma a gerir satisfatoriamente as ausências. Mas para ter dois médicos é preciso que haja vaga e para que haja vaga seria preciso a existência de médicos disponíveis para ocupar essa

vaga, o que não existe de momento no País, face à insuficiência de médicos de medicina geral e familiar, pois era genericamente sabido que existiam mais de dois milhões de pessoas sem médico de família. _____

_____ Disse ser esta a aspiração que tinha, que estava vertida também numa prioridade que o ACES Dão Lafões tinha em relação ao segundo médico da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato, sendo que esta será a única estratégica para que aquela Extensão possa servir com proximidade, sobretudo para as populações das Freguesias de Beijós e de Cabanas de Viriato e de algumas povoações de outras Freguesias, nomeadamente as de Sobral e de Travanca de S. Tomé. _____

_____ Relativamente à comissão que foi constituída na referida reunião, teve conhecimento de que ainda não foi recebida pela coordenadora do Centro de Saúde, porque esta ainda não iniciou funções, por ter estado de baixa médica, mas iria no início do mês de dezembro do corrente ano, sendo certo que o médico que a substituiu, nomeadamente para assinar documentos que são necessários ao funcionamento do Centro de Saúde, entendeu que este assunto deveria ser tratado pela coordenadora. _____

_____ Referiu que também era do seu conhecimento, por lhe ter sido transmitido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato, que a comissão vai esperar até à próxima segunda feira para reunir com a coordenadora do Centro de Saúde, de acordo com agendamento já feito. _____

_____ Relativamente ao Centro de Saúde de Carregal do Sal, o que poderia dizer era que o telefone tem efetivamente várias linhas, o concurso para a colocação de mais pessoas no Centro de Saúde está ainda a decorrer, esperemos que assim que estejam terminados os trâmites legais, os assistentes operacionais possam ser colocados, sendo que existirá uma pessoa especificamente destinada à central telefónica, pois foi este o compromisso assumido com a coordenadora. _____



—Em relação à obra de Requalificação do Centro de Saúde, o que poderia informar é que à data atual existe uma comparticipação do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência de um milhão e quatrocentos mil euros, mas a obra necessita de um financiamento de dois milhões e cem mil euros, razão pela qual foi promovida uma reunião com o Ministro da Saúde, no sentido de solicitar reforço da verba para esta requalificação. A Câmara Municipal estava a aguardar despacho favorável, para que se possa iniciar o procedimento no primeiro semestre de dois mil e vinte e três e se possa lançar o respetivo procedimento concursal. De qualquer maneira, mesmo que não se verifique o reforço desejado, a Câmara Municipal assumirá essa responsabilidade, porque entende que é uma obra prioritária para o Concelho e, portanto, se apenas houver a comparticipação de um milhão e quatrocentos mil euros, existe disponibilidade para fazer a comparticipação do restante valor que seja necessário através da contratação de empréstimo bancário. _____

—Sobre a forma como a obra iria decorrer, seria um assunto a ponderar aquando da planificação sobre o modo de execução, que será em princípio por fases, ainda que com a colocação de contentores de apoio, à semelhança da prática seguida em empreitadas similares. _____

—Relativamente à questão da Vereadora Cristina Borges sobre a Educação, o que a Câmara Municipal sabia é de que existia um levantamento por parte da equipa que esteve ao serviço no âmbito do Projeto do Combate ao Insucesso Escolar (Promoção do Sucesso Educativo – Carregal Educa). A Câmara Municipal não teve acesso a esse levantamento, pelo que se solicitou à Diretora do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal esses elementos, estando disponível para dar apoio a esta medida, da forma que vier a ser necessária. _____

— *Vice-Presidente da Câmara Municipal.* _____

—A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo

da Silva, informou que o Ministério da Educação não permitia que as empresas atendessem diretamente os alunos, pelo que estava a ser pensado em se promover uma parceria entre o Agrupamento de Escolas e uma Associação e através dessa Associação, as empresas já poderiam fazer o acompanhamento. As crianças são sinalizadas pelos diretores de turma e professores titulares e vão ser acompanhadas dessa forma. Quanto ao Gabinete de Psicologia, a Psicóloga desta Câmara Municipal já teve duas reuniões com as duas Psicólogas do Agrupamento de Escolas e existia disponibilidade para apoiar e fazer o acompanhamento sempre que necessário. _____

_____ Quanto à terapia da fala é um assunto diferente, pois a Câmara Municipal não possui técnico qualificado Terapeuta da Fala. A DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares informou a Diretora do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal para remeter um *email* subordinado às necessidades existentes e assim o fez, pelo que esses casos estão a ser tratados pelo Agrupamento de Escolas. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que julgava que o assunto das Psicólogas e da Terapeuta da Fala tinha sido devidamente esclarecido, reafirmando o que sempre tinha dito que existia da parte da Câmara Municipal toda a disponibilidade para o que fosse necessário, pelo que não seria por falta de apoio da Câmara Municipal que não se encontraria uma solução a contento. Não obstante, como já foi várias vezes referido, o Carregal Educa neste momento não tem verba destinada e, portanto, a Câmara Municipal faria esse tipo de compensação se fosse necessário. Por outro lado, também já era do conhecimento desta Câmara Municipal, que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões estava a providenciar uma nova candidatura e se alguma despesa for entretanto feita, as despesas já seriam elegíveis nesta candidatura. Disse existir esse conforto, no que diz respeito à elegibilidade de



despesas e da possibilidade de, através da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, de se conseguir um novo projeto de combate ao insucesso escolar para apoiar estas pessoas com dificuldades, na área de psicologia ou da terapia da fala. _____

_____ Em relação à intervenção do vereador Luís Fidalgo, disse já ter o seu *email* que leu na íntegra. Disse ter sido este o documento que foi enviado pelo Vereador Luís Fidalgo e o que tinha dito foi de que, para além da verdade plasmada no documento, existia uma outra que não foi transcrita no *email* e que foi a possibilidade dos Vereadores da Oposição darem as suas sugestões para que depois se pudesse abrir alguma rúbrica e, em fevereiro do próximo ano, haver a possibilidade de fazer reforço dessa rúbrica para a poder substanciar do ponto de vista financeiro, tendo sido isto que foi dito. Foi a verdade do Vereador Luís Fidalgo e o complemento de uma verdade que não está transcrita no *email*, mas que tinha dito, pois se houvesse alguma proposta a apresentar, a mesma poderia ser apresentada apesar das limitações existentes, com possibilidade de abertura de rúbrica e em fevereiro do próximo ano, caso houvesse cabimentação orçamental, se poder reforçar. Referiu que ainda assim, era preciso que as pessoas entendessem que na elaboração de um orçamento nem sempre existe claramente um acréscimo financeiro, na medida em que a ginástica financeira poderia muitas vezes ser feita com base em sugestões e acordos, no sentido de dotar com mais verbas determinadas a rúbricas e tirar a outras, proporcionando a melhor gestão e opções sobre os recursos alocados. Exemplificou, referindo que se se entendesse que se estava a dar mais dinheiro ao Desporto do que à Cultura poder-se-ia apresentar uma proposta para diminuir as verbas do Desporto e aumentar as verbas da Cultura, sem aumentar a despesa total. _____

_____ Deste modo, existe disponibilidade para o atual Executivo em permanência fazer a gestão dos documentos previsionais, não podendo dizer-se, no entanto, que não foi dada a possibilidade dos Vereadores da Oposição e dos partidos políticos puderem dar as suas

sugestões e as suas contribuições. _____

_____ Em relação ao solicitado pelo Vereador Luís Fidalgo referente à pintura da Estrada Regional Carregal do Sal-Tondela (e vice-versa) disse já ter prestado essa informação, reafirmando, assim, que foi feito contacto com o responsável do IP – Infraestruturas de Portugal, dando-lhe nota do estado da rodovia e da necessidade premente em resolver o problema da sinalização daquela estrada, que se tornava bastante perigosa, nomeadamente em manhãs de dias de nevoeiro. A IP – Infraestruturas de Portugal informou que tinha uma ordem de prioridade para as intervenções, informou que a estrada em causa não estava qualificada como prioritária, pelo que a previsão de intervenção seria só no ano de dois mil e vinte e quatro. De imediato mandou para o responsável da rodovia algumas fotografias e um filme para mostrar o estado do pavimento, nomeadamente em algumas descidas da rodovia, tendo o referido responsável informado que a estrada tinha passado a prioritária e a sua intervenção seria no início de dois mil e vinte e três, logo que as condições climáticas o permitissem. Foi este o compromisso assumido com a IP – Infraestruturas de Portugal, para evitar os riscos e perigos inerentes à mobilidade das pessoas. _____

_____ *Vereador José Dias Batista.* _____

_____ O Vereador José Dias Batista usou da palavra para, relativamente à intervenção da Vereadora Cristina Borges, afirmar que se alguém tivesse iniciado o visionamento desta reunião ou tivesse entrado na sala após as palavras proferidas pela Vereadora, no que diz respeito à Nataçãõ Adaptada, iria ficar com a ideia de que na sua intervenção se teria estado a vangloriar e a todo o Executivo Camarário com o trabalho feito em prol da nataçãõ. Para que o assunto ficasse encerrado, só pretendia recordar que o que tinha enfatizado foi o trabalho, no setor do Desporto que, como era óbvio, teve o seu início no anterior mandato, não existindo qualquer problema em afirmar isso. Mas a ênfase que



tinha dado foi ao trabalho desenvolvido pelo setor do Desporto e, principalmente, endereçou os parabéns ao Gil Mendes, já que não fazia parte da sua natureza ao longo dos seus cinquenta e quatro anos de idade, ter uma estratégia de se vangloriar pelo que faz ou ajuda a fazer, aguardando, por norma, que as pessoas façam esse juízo e tomem as atitudes que entendam por bem tomar. _____

_____ Quanto á intervenção que a Vereadora Cristina Borges teve, relativamente à sua ausência aquando da visita ao Concelho do Senhor Ministro da Cultura, explicou que há muito que tinha férias agendadas com a família e com saída do Concelho e a sua primeira preocupação, quando tomei conhecimento da visita, foi transmitir isso mesmo ao Presidente da Câmara Municipal, tendo recebido a resposta de que ele estaria cá bem como a Vice-Presidente e como tal não haveria necessidade de proceder à alteração das férias, já que tal propósito iria gerar alguns transtornos familiares. _____

_____ Disse ter tido pena de não poder estar presente nas iniciativas associadas à visita do Ministro da Cultura, mormente da apresentação pública do projeto da Casa do Passal e das comemorações dos cento e cinquenta anos da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato, salientando que tinha ido, efetivamente, ao Fundão a um Festival designado por "Míscaros", o que já faz há cerca de oito anos, sendo uma iniciativa que o envolve de alguma forma direta na própria organização e na realização do evento. Informou ser sócio da Associação que promove o evento e no final pretendia mostrar à Vereadora Cristina Borges uma fotografia com o comentário do presidente que gere a Liga dos Amigos de Alcaide, de quem tinha muito orgulho em ser amigo. Em jeito de conclusão, referiu que tinha ficado num dilema muito grande e se o Presidente da Câmara não tivesse tido a generosidade e o bom senso que teve, provavelmente teria optado por ter ficado, criando, naturalmente transtornos familiares. Sabia que tudo tinha corrido bem e o Concelho esteve representado ao seu mais alto nível na cerimónia em causa. _____

——— *Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo.* —————

——— O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para afirmar que não tinha previsto falar sobre a Festa dos Míscaros, mas pretendia descansar o Vereador José Dias Batista, na medida em que não teria que lhe dar explicações, confirmava que de facto as representações da Câmara Municipal têm sido sempre bem concretizadas, ou seja, de facto o Presidente da Câmara Municipal nunca vai só, vai sempre acompanhado por mais algum membro do Executivo em permanência, vão sempre membros do seu gabinete, outros funcionários, membros do partido, portanto isso estava sempre salvaguardado. ———

——— Prosseguiu para afirmar, na sequência de intervenções anteriores, que em circunstância alguma o Presidente da Câmara seria maltratado em Cabanas de Viriato, lugar onde ganhou as eleições com quase cem por cento dos votos. Quando o Presidente da Câmara andou em campanha terá referido que iria para a Câmara Municipal, deixava de ser médico, afirmando textualmente que viria outro médico ou médica para o substituir e ocupar o seu lugar. Agora a questão que se colocava tinha a ver com a garantia de que aquela Extensão de Saúde não iria fechar, mormente enquanto fosse Presidente da Câmara, sendo que não poderia deixar de ter essa posição. E nesta matéria poderia contar com o que estivesse ao seu alcance e julgava que o mesmo poderia contar com a Vereadora Cristina Borges e com toda a população para defender esse tipo de solução. As populações têm de ter recursos médicos, mas parecia que o Presidente da Câmara já se tinha começado a salvaguardar, dizendo que iria tentar criar condições para que aquela Extensão de Saúde tivesse dois médicos, sendo essa a sua aspiração, mas tinha dúvidas na medida em que existia uma falta evidente de médicos no País, pelo que no seu entendimento antevia algumas dificuldades e desta forma mantinha e reafirmava que, de facto, a Câmara Municipal devia ter a posição firme que o Presidente da Câmara acabou de referir, de que a Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato seria para manter. —————



——Disse não ter apreciado a parte da intervenção do Presidente da Câmara quando referiu que na reunião teriam estado cerca de três centenas de pessoas, algumas sem saber de onde eram, parecendo que tinham sido “recrutadas”, mas a verdade e na sua opinião o que não interessava era o número de pessoas, mas sim a preocupação sobre o eventual encerramento daquela unidade de saúde. _____

——Concluiu a sua intervenção, reafirmando que a reunião não tinha sido fechada e circunscrita a pessoas do Concelho e que não tinha dúvidas que o Presidente da Câmara seria sempre bem-recebido em Cabanas de Viriato, perante o que conhecia das pessoas e a forma como o Presidente da Câmara se relacionava. _____

—— *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

——A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para responder ao Vereador José Dias Batista que aquilo que tinha dito não era para se vangloriar, mas dar conta do que tinha sido feito no passado, até porque o atual Executivo Camarário tinha dado continuidade a projetos que eram do anterior mandato, concordando e registando com agrado, pois era sinal de que os projetos eram bons e que tinham sido aproveitados. Mas da mesma forma que de vez em quando se criticava, também seria conveniente que se desse valor ao que foi feito e que estava a dar frutos. _____

—— *Presidente da Câmara Municipal.* _____

——O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para, em relação à médica que o veio substituir, afirmar que tinha dado e honrado a sua palavra, porque, efetivamente, foi colocada uma médica que ficou com os ficheiros dos seus doentes. _____

——Em relação aos órgãos de decisão da Saúde, há um órgão de decisão nacional, um órgão de decisão regional e um órgão de decisão local. Os órgãos de decisão local e regional estavam em sintonia e assumiram que deviam estar dois médicos em Cabanas de

Viriato. Contudo a decisão nacional não competia a estes dois órgãos, pelo que tudo o que tinha a ver com a sua capacidade de decisão, de persuasão a nível regional já tinha sido feita. Em relação à decisão nacional, que tinha a ver com a colocação de outro médico ou não, era uma situação que já não estava ao seu alcance, reafirmando que fazia o seu trabalho e os outros teriam que fazer o trabalho que lhes competia. _____

_____ Deu a informação de que enquanto estava a decorrer a reunião, tinha mandado uma mensagem à coordenadora do Centro de Saúde que lhe respondeu no sentido de que a situação de reabertura da Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato estava agendada para a próxima sexta-feira, com a afetação da médica Dr.^a Cláudia, esperando, assim, que tudo corra pelo melhor, e que esta notícia possa contribuir para acalmar as pessoas, que, com toda a legitimidade, estavam preocupadas com a falta de médico na Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato. _____

_____ Disse nunca ter tido problemas com o passado, em dele pertencer, em assumir aquilo que com que concordava e ou não concordava, mas agora era tempo de falar do presente e, portanto, aquilo que tinha sido feito foi de dar continuidade ao que entendia serem as boas decisões do passado e respeitaria as decisões que entendia não serem tão boas. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, deu por encerrado este ponto da ordem do dia e passou aos pontos seguintes. _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

_____ (0450/20221130) 2. INFORMAÇÕES. _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos decididos, nos termos da relação presente na reunião, que fica arquivada junto da respetiva documentação, tendo constatado que: _____



[Handwritten signature]

———— *Balcão Multisserviços.* —————

———— *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/23, sob o n.º 5946).* —

———— Deferidos nos termos do regime jurídico de urbanização e edificação – nove processos. —————

———— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para parabenizar os serviços pelo bom trabalho desenvolvido, no sentido de resolver situações pendentes existentes no que à urbanização e edificação dizia respeito. —

———— **FINANÇAS MUNICIPAIS** —————

———— (0451/20221130) 4. APRECIACÃO DOS RESPETIVOS DOCUMENTOS. —————

———— Foram presentes, na reunião, os resumos diários de tesouraria (números duzentos e vinte e quatro), referentes ao dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e dois, que apresentavam os seguintes saldos: —————

———— Na Conta Geral da Câmara: em cofre – €3 879,35 (três mil, oitocentos e setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos); depositados na Caixa Geral de Depósitos, Banco Millennium BCP, Crédito Agrícola, Banco Santander Totta, Novo Banco, BIG e BPI, a quantia de €2 762 292,85 (dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e noventa e dois euros e oitenta e cinco cêntimos); o que perfaz um total de €2 766 172,20 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, cento e setenta e dois euros e vinte cêntimos). —

———— Na Conta de Operações de Tesouraria: em cofre – €57,56 (cinquenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos); depositados na Caixa Geral de Depósitos e no Crédito Agrícola, em Carregal do Sal, a quantia de €182 081,58 (cento e oitenta e dois mil e oitenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos); o que perfaz um total de €182 139,14 (cento e oitenta e dois mil, cento e trinta e nove euros e catorze cêntimos). —————

———— **AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO SOCIAL** —————

———— **TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ÁGUAS RESIDUAIS PARA**

FAMÍLIAS CARENCIADAS

——(0452/20221130) 5. DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 9251. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.——

——Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número cento e dezasseis, datada de vinte e quatro do corrente mês e ano, registada sob o número cinco mil, novecentos e noventa e oito.——

—— O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente disponibilizada.——

——A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por maioria concordar e aprovar a proposta apresentada, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e abstenção do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, indeferindo o pedido formulado por Alberto Correia Oliveira, referente aos benefícios do tarifário social a famílias carenciadas, por, no caso em apreço, não estarem reunidos os requisitos a que alude o número seis do artigo sexagésimo primeiro do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços em vigor.——

——Mais deliberou notificar o requerente para o exercício da audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo centésimo vigésimo primeiro do Código do Procedimento Administrativo.——

——**EDUCAÇÃO E SAÚDE**——



Prof

—————**AUXÍLIOS ECONÓMICOS**—————

—————(0453/20221130) 6. ANO LETIVO 2022/2023. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.—————

—————*(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/22, sob o n.º 5915).* —

—————Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços, datada de vinte e dois do corrente mês e ano.—————

—————O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação previamente disponibilizada.—————

—————A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada pelos serviços, referente aos Auxílios Económicos – Ano Letivo de dois mil e vinte e dois barra dois mil e vinte e três.—————

—————**TRANSPORTES ESCOLARES**—————

—————(0454/20221130) 7. ISENÇÃO/COMPARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES. REGISTO N.º 7405. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.—————

—————*(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/23, sob o n.º 5943).* —

—————Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços, datada de vinte e três do corrente mês e ano.—————

—————O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação previamente disponibilizada.—————

———A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada pelos serviços, deferindo, nos termos requeridos e informados, o pedido formulado pelo aluno Daniel Martins Santos, para isenção/redução do pagamento do passe escolar, que estava a frequentar o décimo segundo ano na Escola Secundária de Tondela, no Ano Letivo de dois mil e vinte e dois barra dois mil e vinte e três. —————

——— **PARCERIA** —————

———(0455/20221130) 8. CANDIDATURA CENTRO QUALIFICA DA EPT – PROJETOS LOCAIS PROMOTORES DE QUALIFICAÇÕES DE NÍVEL B1/B2/B3. E-MAIL EMANADO DO CENTRO QUALIFICA DA ESCOLA PROFISSIONAL DE TONDELA. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —————

——— *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/21, sob o n.º 5907).* —

———Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços datada de vinte e um do corrente mês e ano, registada sob o número cinco mil novecentos e sete. —————

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação prestada, que é do seguinte teor: —————

——— **“Assunto: Candidatura Centro Qualifica da EPT - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3-----**

——— Exma. Senhora Vice-presidente, —————

———No seguimento do email enviado pela Coordenadora do Centro Qualifica da Escola Profissional de Tondela, a informar da pretensão de uma parceria com vista a uma candidatura ao PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, à criação de Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3, cumpre-me informar o seguinte: —————



[Handwritten signature]

—O Centro Qualifica da Escola Profissional de Tondela pretende formalizar parcerias com várias entidades nomeadamente com os Municípios de Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, através da assinatura de um protocolo de cooperação.

—Este Protocolo tem como objeto mobilizar adultos de muito baixas qualificações, para integrarem modalidades que conduzam à obtenção de uma certificação de B1, B2 ou B3, por forma a terem uma melhoria das suas competências de literacia.

—Este Protocolo aponta na sua cláusula terceira, as responsabilidades dos outorgantes, nomeadamente no ponto 2 do Município, nomeadamente de colaboração na sinalização e encaminhamento de candidatos, na mobilização da população adulta com muitas baixas qualificações e/ou difíceis de mobilizar, entre outras.

—Outra das responsabilidades do Município prende-se com a divulgação do Projeto Local Promotor de Qualificações de Nível B1/B2/B3 a desenvolver com o Centro Qualifica da Escola Profissional de Tondela assim como a troca de experiências e a partilha de recursos técnicos.

—Convém salientar que o Protocolo proposto é válido até 31 de dezembro de 2024, renovado por períodos sucessivos de dois anos, se não for, entretanto, denunciado, conforme refere a cláusula quinta do já referido Protocolo de Cooperação.

—Deverá ser, ainda, nomeada uma pessoa responsável pela execução e acompanhamento deste Protocolo.

—Atendendo que, no âmbito das transferências de competências no domínio de ação Social tem-se constado, quer no Rendimento Social de Inserção quer no Serviço de Atendimento de Ação Social, muitos munícipes com baixas qualificações, sem serem detentores de certificação de B1, B2 ou B3, poderá este Projeto Local Promotor de Qualificações ser uma mais valia para que muitos Carregalenses possam obter certificações nestes níveis.

———Convém salientar que o Plano de Ação da Rede Social, aprovado no CLAS de Carregal do Sal, no passado dia 22 de julho, tem previsto no seu Eixo 1, promover e aumentar a Empregabilidade, a Qualificação Escolar e Profissional, a mobilização, sinalização e orientação de adultos para os Centro Qualifica Em suma é tudo o que se pode informar sobre o assunto em causa.———

———À consideração de V.^a Ex.^a———

———A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada, referente à parceria a celebrar entre o Município de Carregal do sal e o Centro Qualifica da Escola Profissional de Tondela, tendo mandatado a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, para determinar as diligências necessárias à eficácia desta deliberação.———

———**CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES E OUTROS**———

———**APOIO**———

———(0456/20221130) 9. FOGUEIRA DE NATAL. PEDIDO FORMULADO PELA ARCO – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE OLIVEIRINHA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.———

———*(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/24, sob o n.º 9271).*———

———Foi presente, na reunião, o *email* datado de vinte e quatro do corrente mês e ano, emanado da ARCO – Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha, subordinado ao assunto “Fogueira de Natal”.———

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar e fazer o enquadramento do ponto em análise.———

———A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado pela ARCO – Associação



Recreativa e Cultural de Oliveirinha, nos termos requeridos. _____

_____ **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES** _____

_____ ***CEDÊNCIAS COM CONTRAPARTIDAS*** _____

_____ (0457/20221130) 10. CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO. PROTOCOLO DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO COM CONTRAPARTIDAS. LUGAR DE CABANAS DE VIRIATO, CARREGAL DO SAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços registada sob o número cinco mil, setecentos e quarenta e cinco (processo número trinta e três barra dois mil e vinte e dois). _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar explicações gerais e de enquadramento tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, colocando-se à disposição para outros esclarecimentos caso viesse a ser necessário. _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para sugerir que nesta matéria dos protocolos/cedências com contrapartidas deveria haver o máximo de cuidado de modo a que os respetivos procedimentos sejam elaborados previamente à execução das obras, pelo que, no caso em apreço iria votar favoravelmente. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor o assunto em apreço e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado e concordar com a celebração de contrato/protocolo de cedências com contrapartidas, no âmbito da construção de um muro de vedação e nos termos da informação prestada, entre o Município de Carregal do Sal e Ana Cristina Dias Campos Lopes, com fundamento no disposto no artigo vigésimo terceiro, número um, alíneas a) b) e c) do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações do Município de Carregal do Sal, publicado no Diário da República, segunda série, número cento e trinta e quatro, de

treze de julho de dois mil e quinze, com dispensa de licenciamento, dispensa de apresentação de projeto e dispensa de pagamento de taxas. _____

_____ **FREGUESIAS** _____

_____ **TRANSFERÊNCIA/DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** _____

_____ (0458/20221130) 11. (DL 57/2019, DE 30/04). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para justificar o agendamento deste ponto da ordem do dia, evidenciando que no ano em curso não tinha sido possível consensualizar e chegar a acordo sobre o processo de transferência de competências, apesar de ter sido feita alguma discussão sobre o assunto, pelo que, sem acordo, as Freguesias não aceitaram essa transferência no âmbito do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril. Referiu que, provavelmente o Decreto-Lei ora mencionado foi feito a pensar em freguesias de maior dimensão, possuidoras de recursos e meios próprios e não em freguesias da dimensão como são as do Concelho de Carregal do Sal, em que os recursos e os meios no eram escassos. _____

_____ A verdade é que ação das Freguesias do Concelho dependiam em muito da Câmara Municipal, pelo que o entendimento e o acordo firmado com as Juntas de Freguesia foi de não se fazer, para já, a transferência de competências, sem prejuízo do processo ser retomado no ano de dois mil e vinte e três, proporcionando a delegação de competências, através de competente contrato interadministrativo, com reforço de verbas para as limpezas em particular e conservações propriamente ditas, deservagem e arranjo de caminhos florestais, potenciando os recursos existentes nas Freguesias. _____

_____ Disse não existir nenhum documento de apoio porque na verdade o que era preciso é ter a anuência da Câmara Municipal, nesta fase, para dar continuidade à prática



_____ *Luís Humberto da Costa Fidalgo*

seguida com as Freguesias, através de contrato interadministrativo de delegação de competências, sem embargo de se proceder, no ano de dois mil e vinte e três, a diligências com as Juntas de Freguesia para a eventual transferência de competências ao abrigo do respetivo Decreto-Lei Setorial. _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para afirmar que a proposta apresentada, sem vir acompanhada da respetiva minuta de protocolo a outorgar com cada uma das Freguesias não seria o mais correto, na medida em que assim estava a ser feita uma norma em branco, pelo que este ponto deveria ser agendado após a elaboração e consensualização das minutas de protocolos. _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que não estando contra o que quer que fosse, era necessário prestar mais informações sobre o assunto. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar mais explicações sobre o assunto e o que era pretendido, evidenciando que as Juntas de Freguesia não pretendiam a transferência de competências, no imediato, por não saberem com o que podiam contar e, desta forma, será elaborado e firmado um contrato interadministrativo de Delegação de Competências, para a prática das competências que em bom rigor têm vindo a fazer, com o reforço de verbas, protocolo esse que será presente a uma próxima reunião de Câmara Municipal. _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou, de novo, da palavra para referir que a Câmara Municipal estava a apreciar e a votar a não aceitação da transferência de competências, matérias que diziam respeito aos órgãos das Freguesias, pelo que entendia que a proposta de deliberação não tinha cabimento neste sentido e a deliberação sobre a Delegação de Competências teria de ser precedida do respetivo instrumento legal. _____

_____ Colocado este assunto em votação, decorrida votação nominal, a Câmara

Municipal deliberou por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e voto contra do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, a concretização de contratos interadministrativos de Delegação de Competências, face à não aceitação da transferência de competências por parte das Freguesias. _____

_____O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo fez declaração de voto, referindo que face à não aceitação da transferência de competências por parte das freguesias, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, só estaria em condições de apreciar e votar este assunto quando fossem elaboradas e apresentadas as referenciadas minutas dos contratos interadministrativos de Delegação de Competências. _____

_____O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, ao referir que o Vereador Luís Fidalgo estava no direito de apresentar declaração de voto, e justificando o seu sentido de voto, reiterando a explicação já dada das razões de se partir para os contratos interadministrativos de Delegação de Competências, potenciando a prática das Juntas de Freguesia, face à não aceitação, no imediato, da transferência de competências no ano de dois mil e vinte e dois. _____

INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

_____ (0459/20221130) 12. 5.^a ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2022. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/17, sob o n.º 5825).* _____

_____ Foi presente, na reunião, a informação dos serviços número vinte e três, datada de dezassete do corrente mês e ano, que capeava a proposta da quinta alteração ao



Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois. _____

_____ O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar, explicar e justificar o documento em causa, evidenciando que o mesmo tinha sido elaborado com base no disposto na alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e no âmbito da Delegação de Competências da Câmara Municipal. _____

_____ A quinta alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), do ano de dois mil e vinte e dois, tem os seguintes valores: _____

_____ *Orçamento da receita*: Reforços de €0,00 (zero euros); Diminuições de €600 000,00 (seiscentos mil euros). _____

_____ Orçamento da Despesa: Reforços de €271 500,00 (duzentos e setenta e um mil e quinhentos euros); e Diminuições de €871 500,00 (oitocentos e setenta e um mil e quinhentos euros). _____

_____ Grandes Opções do Plano: Reforços de €222 000,00 (duzentos e vinte e dois mil euros); e Diminuições de €760 500,00 (setecentos e sessenta mil e quinhentos euros). _____

_____ Anos futuros - € 1 172 000,00 (um milhão, cento e setenta e dois mil euros). _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre o reforço de verbas que eram os *itens* mais significativos. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para antever que caso considerassem pertinente informação técnica mais pormenorizada depois da sua explanação chamaria o Chefe de Divisão Financeira e Património à reunião para prestar esclarecimentos técnicos. _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

_____ **OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO** _____

_____ (0460/20221130) 13. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DO

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.—

———O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para se referir aos documentos em apreciação, de elevada importância para a governação do Município, respetivamente, as Grandes Opções do Plano, de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR) e a Proposta do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e três, que tinham sido previamente distribuídos por todos os elementos da Câmara Municipal e que iriam também ser apreciados na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. —————

——— Referiu que estes documentos previsionais encontravam-se elaborados de acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, na sua redação atual, bem como das disposições do SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública e demais legislações aplicáveis. —————

——— Fez, de seguida, uma explanação pormenorizada acerca do ponto em análise, nos termos a seguir descritos. —————

——— Referiu que a documentação enviada foi a que serviu de apoio às reuniões com as Juntas de Freguesia e com os líderes partidários. O Orçamento agora apresentado era deficitário do ponto de vista orçamental, sendo que a situação ficaria regularizada em fevereiro do próximo ano, com a inclusão do saldo de gerência, que se estimava vir a ser na ordem dos dois milhões e trezentos mil euros. —————

——— Quanto a investimentos destacou no domínio da Saúde, a Requalificação do Centro de Saúde de Carregal do Sal, com uma comparticipação de um milhão e quatrocentos mil euros, estando em negociação com o Governo para o reforço da comparticipação, na medida em que era necessário o montante de dois milhões e cem mil euros. A aquisição de uma viatura para reforço do Centro de Saúde, para além da Unidade



Móvel, através da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, eram também apostas prioritárias, esperando que no caso desta última viatura a resolução de alguns constrangimentos pudesse acontecer com a máxima celeridade. _____

_____No domínio da Educação, as prioridades assentavam na Requalificação da Escola Secundária de Carregal do Sal, com um montante de investimento aprovado na ordem dos três milhões de euros, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, esperando encontrar idêntica solução para as Escolas Básicas do Concelho que, face à sua longevidade, careciam também de intervenções avultadas. A candidatura ao Carregal Educa, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo e da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões era também um projeto prioritário, com início previsto para o início do ano de dois mil e vinte e três e com o período de duração de três a quatro anos. Todavia, na área da Psicologia e da Terapia da Fala e, sobretudo, para benefício das crianças e alunos com dificuldades de aprendizagem, a Câmara Municipal tudo faria para levar a bom porto esse projeto, com alocação de verbas se tal se manifestasse necessário, sendo certo que os montantes que eventualmente vierem a ser despendidos serão elegíveis na candidatura que estava a ser feita. _____

_____A área da Cultura também iria conhecer um reforço de nodo a responder aos desafios decorrentes da inclusão do Centro Cultural de Carregal do Sal, na Rede Nacional de Teatros e Cineteatros, sendo necessário, ainda, designar um Diretor Cultural, que será encontrado dentro dos quadros da Câmara Municipal. Deste modo, era importante consagrar um programa cultural com qualidade e a estratégia a seguir passaria por estabelecer parcerias que fossem ao encontro dos propósitos em causa, pelo que, neste propósito, estava a ser estabelecido um diálogo com a Associação ContraCanto. A partir do próximo ano, o Centro Cultural iria ter mais uma valência, a exibição de cinema de forma regular, estando a ser adquirido o equipamento para esse efeito. _____

———O Associativismo seria também um dos pilares a ter em conta, sendo que para além do reforço dos montantes atribuídos, a Câmara Municipal desencadeará um relacionamento profícuo e de proximidade, de modo a que as associações possam candidatar obras das suas sedes sociais, no âmbito de programas nacionais já existentes e de outros que, entretanto, possam surgir.—————

———Em relação a Obras e Investimentos, referiu-se a obras e iniciativas de muita importância para a afirmação do Concelho, como a Requalificação e Musealização da Casa do Passal, os Arranjos Exteriores, a Ciclovia Aristides de Sousa Mendes “O Caminho da Esperança”, à Equipa de Investigação do Projeto Aristides de Sousa Mendes, cujos montantes envolvidas são de significativa expressão. Em relação a outras obras, aludiu à Ciclovia e Via Pedonal de Ligação de Carregal do sal a Oliveirinha, que estava a decorrer, a Ciclovia do Arruamento Urbano a Sul da Vila, a Requalificação do Mercado Municipal que estava em bom ritmo e que iria albergar o *coworking*, um nicho de empresas, entre outras valências.—————

———No domínio da Habitação, referiu-se ao que estava a ser feito no âmbito da Estratégia Local de Habitação – Primeiro Direito, mas também relativamente a outras medidas como o arrendamento a custos acessíveis e apoio à criação de condições de habitação condigna. Na ELH – Estratégia Local de Habitação, a Câmara Municipal regozijava-se pela candidatura já efetuada ao primeiro projeto, na Póvoa da Pegada, sendo que o projeto estava a ser revista e iria ser analisado em ponto agendado para o efeito.———

———O Centro Operacional de Proteção Civil era também uma das apostas, descrevendo as diligências que estavam a ser feitas.—————

———A Reabilitação da Biblioteca Municipal, das Piscinas Municipais e do Pavilhão Gimnodesportivo eram também três obras de grande importância, estando esperançado de que se conseguirão os apoios necessários para o efeito, no âmbito da Eficiência



[Handwritten signature]

Energética.

—A reabilitação de zonas ribeirinhas, como era o caso da ligação da Senhora da Ribeira em Parada a Oliveira do Conde, marginal ao leito do Rio Mondego, iriam estar nos objetivos da Câmara Municipal, apesar de terem associados investimentos bastante avultados, pelo que se estava a aguardar para se aferir de medidas que as possam contemplar.

—Outras apostas passavam pelos Bairros Digitais, Condomínios de Aldeia, Acessibilidades 360.º e Habitação Colaborativa, todas elas com candidaturas já efetuadas. A atenção e o apoio à Fundação Comendador José Nunes Martins e APCV – Associação de Paralisia Cerebral de Viseu faziam também parte dos planos da Câmara Municipal.

—Quanto a arruamentos e vias, as prioridades no imediato incidiam sobre a Rua das Canadas, Rua das Fontainhas, Rua da Tapadinha, Rua de Santo Amaro, Rua das Moitas e uma rua em vila Meã que vai do cruzamento até à rua de paralelos. O projeto de circulação nos dois sentidos na rua principal da Vila Sede, entre a Farmácia Rodrigues e os bancos constituía também uma prioridade a levar a efeito, estando reunidas as condições para realizar a obra logo no início do ano de dois mil e vinte e três.

—Concluiu a sua intervenção para afirmar que, grosso modo, as Grandes Opções do Plano estavam estribadas em tudo o que acabara de enunciar, sendo certo que existia um ligeiro aumento com as despesas com pessoal, decorrente, nomeadamente, da transferência de competências, da valorização dos salários dos trabalhadores em funções públicas, da necessidade de recrutamento e preenchimento de alguns postos de trabalho para reforço das equipas operativas e de outras, do aumento dos combustíveis, da energia associados a uma inflação que não era previsível há uns meses atrás. Existia alguma imprevisibilidade relativamente ao futuro, mas pretendia-se encarar os tempos próximos com muita responsabilidade, realidade e esperança, acompanhando o processo e

ajustando o orçamento à realidade autárquica, pois era do conhecimento generalizado que as fontes de receita não abundavam, mas tudo seria feito para conseguir recursos, ao que se propôs desde a primeira hora e era o que tinha vindo a fazer sistematicamente. —————

—————Colocou-se, de seguida, à disposição dos Vereadores para eventuais esclarecimentos.—————

—————O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para começar por agradecer a explicação dada pelo Presidente da Câmara Municipal, referindo que existiam alguns aspetos que ressaltavam logo à vista, para quem analisava e observava com algum cuidado este tipo de documentos, porquanto existiam municípios que se encontram altamente endividados e não sabiam como sair do endividamento, não tendo sequer receitas para as despesas correntes, outros havia que estavam relativamente equilibrados e que têm receitas próprias avultadas e de vária proveniência e outros, como provavelmente seria o caso de Carregal do Sal, que desde os tempos do saudoso Presidente Atílio, nos seus vários mandatos, financeiramente estava de uma forma responsável, mais ou menos equilibrada entre aquilo que ia fazendo e a estrutura financeira da própria Câmara e esse modo de atuar tinha-se mantido ao longo dos mandatos. —————

—————Disse compreender perfeitamente os receios que foram referidos e que também estavam plasmados no documento do Presidente da Câmara Municipal de introdução a estes documentos, relativamente às incertezas do futuro que muitas vezes inquinavam os desejos dos gestores autárquicos, quando pretendem o máximo possível, gastando o menos possível. —————

—————Disse que não colocava em causa as opções que foram tomadas, ainda que não concordasse, à partida, como algumas delas, como aliás já tinha acontecido no passado, mas respeitaria essas mesmas opções.—————

————— O Município de Carregal do Sal dependia muito da receita alheia nomeadamente



[Handwritten signature]

das transferências do Estado e dos fundos comunitários e essa terá sido a razão do Presidente da Câmara Municipal elencar uma série de obras, de prioridades, fazendo referência, de forma recorrente, às respetivas candidaturas a fundos comunitário e outros fundos, como fonte principal de financiamento. Em boa verdade, o Município de Carregal do Sal para fazer qualquer obra de maior envergadura teria que se candidatar a fundos, em que as respetivas candidaturas dependiam de aprovação externa, pois não têm aprovação do próprio Município. E se em algumas dessas candidaturas, como foi o caso da Ciclovia e Via Pedonal de ligação de Carregal do Sal a Oliveirinha, houve decisão de aprovação e a obra estava em curso, outras obras estariam dependentes das respetivas aprovações das candidaturas e da sua boa execução, mencionando a obra da Fundação José Nunes Martins, como uma das obras que tinha um grau de execução bastante baixo. —————

—————Prosseguiu a sua intervenção para reafirmar que uma parte significativa das obras e dos investimentos elencados, assentavam, no que acabara de mencionar, em que no que ao financiamento dizia respeito, ter-se-ia de aguardar pelas respetivas aprovações que não eram competência do Município e outros em que o Presidente da Câmara esperava que houvesse medidas para os enquadrar. Disse que a receita do Orçamento estava sobrevalorizada no ano de dois mil e vinte e três, a despesa com pessoal também tinha aumentado, ter-se-iam que contratualizar empréstimos para suportar a parte não financiada dos investimentos comparticipados. —————

—————Referindo-se à Casa do Passal e a Aristides de Sousa Mendes, afirmou que este projeto era de capital importância para o Concelho de Carregal do Sal, no futuro e para as gerações vindouras, pelo que, mesmo com o recurso a empréstimos, era uma obra que teria de ser prioritária e com a qual concordava. —————

—————Ouviu falar de diversas candidaturas, mas não tinha ouvido nenhuma referência a outras questões que também eram bastante importantes e que tinham a ver com a falta de

peças no Concelho e que quando se verificava a falta de peças, também se verificava a falta de empregos, sendo que essas mesmas peças proporcionavam economia local que, não acontecendo, condicionava o bom funcionamento do comércio e dos serviços, fazendo com que alguns estabelecimentos encerrassem. Disse que não poderia atribuir culpas a quem quer que fosse, mas achava que nesta matéria também deveria haver uma projeção do que se pretendia fazer, ao nível do apoio ao emprego. _____

_____ De acordo com o que tinha sido dito, a Estratégia Local de Habitação passaria por uma série de candidaturas, que poderiam ser aprovadas ou não, pelo que não sendo contra haveria que ter em conta que as despesas de manutenção após a construção são significativas e onerosas para o Município, pelo que teria que haver uma estratégia para esta área muito bem planeada e reforçada nas suas intenções. _____

_____ Da análise que tinha feito, resultava uma sua preocupação com o crescimento significativo da despesa com impacto direto no erário municipal, à data atual e no futuro, alguma decorrente da transferência de competências pois, por norma, nestas situações o Estado ficava sempre a ganhar, para além de que e tal como o Presidente da Câmara Municipal tinha dito, algum desse acréscimo de despesa também resultava da conjuntura nacional e internacional com os custos associados, por exemplo, ao aumento dos combustíveis e à inflação. _____

_____ Concluiu a sua intervenção, referindo que na apresentação deste tema tão importante para o Município, não descortinava qualquer estratégia que o tranquilizasse, indicativa sobre o que se pretendia fazer, para onde se pretendia ir, excetuando, naturalmente a projeção do investimento em torno da Casa do Passal e de Aristides de Sousa Mendes, que era importantíssimo para o Concelho. Disse esperar que no início do próximo ano, como também tinha afirmado o Presidente da Câmara Municipal, a afetação de outros recursos financeiros com a inclusão do saldo de gerência, pudesse ser



encontrado um plano mais estratégico mais condizente no qual considerava também muito importante o incremento à economia local e ao emprego. _____

_____O investimento em parques industriais era também uma matéria importante que não tinha visto contemplada, de modo a atrair empresários, pelo que fazia votos para que tudo corresse dentro daquilo que era a esperança do Presidente da Câmara Municipal, perante o que tinha apresentado e porque muitas das opções tomadas não mereciam a sua concordância teria de votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Para o próximo ano, em fevereiro e perante o que viesse a ser proposto aquando da inclusão do saldo de gerência e de eventuais deferimentos dos pedidos de reforço de verbas muito importantes para o bom desenrolar das obras, os quais o Presidente da Câmara tinha abordado com a referência a diligências que tinha feito junto de membros do Governo, porventura estaria em condições de poder rever a sua posição. _____

_____A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que estaria à espera de um Orçamento diferente, face ao que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara Municipal, ainda que o mesmo pudesse ser diferente em fevereiro, reafirmando que a documentação não tinha chegado atempadamente à sua posse para que sobre a mesma pudesse haver uma análise cuidada, além de que na reunião de preparação não tinham sido pormenorizadas, rubrica a rubrica, as apostas do Executivo em permanência, o que no passado era comum fazer-se. _____

_____Disse que necessitaria de ser esclarecida sobre algumas receitas e despesas, salientando que sabia que os serviços faziam aquele tipo de documentos com extremo rigor e cuidado, afirmando que tinha ido para a reunião do passado dia vinte e um de novembro para ouvir exatamente esses esclarecimentos, de forma mais ou menos pormenorizada, o que não aconteceu. Os documentos tinham sido entregues muito em cima da hora, não eram de fácil leitura, mas pôde constatar que os investimentos que

estavam contemplados fazer eram os mesmos do passado e pouco existia em termos de novos projetos, existindo, isso sim, previsibilidades e mais previsibilidades, candidaturas e mais candidaturas, umas com avisos abertos e outras que não se saberia ao certo quando isso poderia vir a acontecer. _____

_____ Recordou que na última aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano tinha votado favoravelmente, por ser um ano de transição, sendo que nos atuais documentos previsionais não notava a previsão, por exemplo, de qualquer política de incentivos ao comércio local e o que estava a ser feito já vinha de mandatos anteriores, para além de obras que tinham também transitado como eram os casos da Eficiência Energética da Biblioteca Municipal, Piscinas Municipais e Pavilhão Municipal, compreendendo, no entanto, a luta que estava a ser travada em torno destas últimas obras e respetivos financiamentos. _____

_____ Concluiu a sua intervenção, afirmando que iria votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e três, apresentando uma declaração de voto, procedendo à sua leitura e que a seguir se transcreve: _____

_____ “DECLARAÇÃO DE VOTO _____

_____ Considerando estarmos perante um orçamento com um aumento exponencial da despesa. _____

_____ Considerando que o aumento da despesa contempla principalmente a despesa salarial.- _____

_____ Considerando que este orçamento não pondera a imprevisibilidade dos próximos tempos. O executivo não ouviu os alertas de algumas instituições nacionais ou estrangeiras. _____

_____ Considerando que este orçamento é uma réplica do orçamento anterior, as principais obras e candidaturas em vigor ainda são do executivo anterior. _____



——Apenas existe uma previsibilidade de algumas candidaturas ao PRR, nomeadamente Acessibilidades 360, Bairros Digitais e Habitação Colaborativa e Condomínios de Aldeia. —————

——Tendo em conta que as candidaturas à Eficiência Energética da Biblioteca, Piscinas e Pavilhão, às candidatadas estão apenas previstas para o próximo ano. —————

——Considerando o exponencial aumento do endividamento da Câmara em cerca de 4 milhões de euros. —————

——Considerando ser um orçamento de imprevisibilidades e meras intenções, o que poderá colocar a Câmara ingovernável num futuro próximo. —————

——Eu, Ana Cistina Borges, com legitimidade que me foi dada pelos eleitores e em nome do movimento CICC, voto contra este orçamento.” —————

——O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para responder às intervenções havidas, começando por afirmar que não estava à espera que a Vereadora Cristina Borges e o Vereador Luís Fidalgo votassem a favor, a sua postura é criticar por criticar. Em relação ao senhor Vereador que deu grande importância à Casa do Passal e Museu Aristides de Sousa Mendes e á qual dá a sua concordância, apesar de depois votar contra. Esperava ouvir argumentos e fundamentos para a não aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano o que não aconteceu, também não seria de esperar por parte desta oposição. —————

——No entanto, disse entender o que tinha sido dito sobre o grau de imprevisibilidade, o alegado aumento de custos tendo em conta também esse grau de imprevisibilidade, mas as candidaturas, sobre as quais tinha tido um cuidado acrescido para não perder oportunidades, eram necessárias, porque a Câmara Municipal, por si só, não tinha capacidades para fazer certos e determinados investimentos. E parecendo que compreendiam tudo isto, votavam contra, sem indicar a sua posição e a forma que

tomariam para resolver, caso estivessem na sua posição, pelo que o que o Executivo em permanência fez foi tomar decisões e tentar arranjar soluções, com o recurso a candidaturas, aos pedidos de reforço de verbas e apresentação do início da contratação de empréstimos. Questionou, inclusive, se as obras que o anterior Executivo tinha levado a cabo não obtiveram comparticipações, ilustrando, a título exemplificativo, o Parque Alzira Cláudio, as beneficiações atrás do Julgado de Paz, o Jardim Dr. Manuel da Costa e o Bairro Social, afirmando que todos teriam de ser claros e precisos nas suas intervenções, na medida em que relativamente a obras estruturantes, ou o Município tinha receitas próprias ou então ter que solicitar apoios do Governo, ou reforços ou então contratar empréstimos. —

———Em jeito de reflexão, questionou quem mais do que o atual Executivo Camarário realmente tinha priorizado, o que o Vereador Luís Fidalgo referiu como uma obra importante para o Concelho, a Requalificação e Musealização da Casa do Passal e Projeto Aristides de Sousa Mendes. Recordou que tinha encontrado uma obra parada há já alguns anos, sobre a qual conseguiu um aumento significativo da comparticipação comunitária, na medida em que os procedimentos concursais anteriores tinham ficado desertos, por os montantes base serem demasiado baixos. —————

———Disse compreender que a Vereadora Cristina Borges e o Vereador Luís Fidalgo pudessem não concordar com as suas explicações, ele próprio também não concordava com algumas das intervenções dos referidos Vereadores, assistia-lhe o direito de responder sem ser interrompido, mas em relação à Casa do Passal todos teriam de ser claros e precisos, porquanto tinha sido este Executivo que tinha conseguido um procedimento concursal e uma empresa para fazer a empreitada. Disse que isso tinha dado muito trabalho, foram precisas muitas reuniões, nomeadamente na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, foram precisas muitas participações na Assembleia da República, na medida em que com as verbas existentes não se conseguia realizar o





projeto. Acresciam os montantes para a Investigação na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros e os Arranjos Exteriores da Casa do Passal com um valor orçado em mais de meio milhão de euros. _____

_____A Vereadora Cristina Borges e o Vereador Luís Fidalgo poderiam dizer o que entendessem, mas o que tinha dito na sua explanação era a sua perceção e os números confirmavam as suas posições e o seu otimismo, referindo-se a outras obras associadas à Casa do Passal e a Aristides de Sousa Mendes, como eram os casos da Ciclovía “O Caminho da Esperança”, a Estação dos Caminhos de Ferro de Oliveirinha, a Habitação Colaborativa, de modo a conseguir a importância e o reforço de verbas que se impunha, para poder realizar esses mesmos investimentos. _____

_____Em relação às questões colocadas pela Vereadora Cristina Borges e à referência que tinha feito de ter votado no último Orçamento a favor, porque as opções tomadas eram a continuidade do anterior mandato, referindo agora que os documentos previsionais para o ano de dois mil e vinte e três não traziam de novo. Se assim era, não havia razão para não continuar a votar a favor. A verdade é que os documentos para o ano de dois mil e vinte e três, consagravam muitas candidaturas, essenciais para os investimentos que o Concelho necessitava, na medida em que as receitas do Município eram exíguas, sendo que grande parte das mesmas eram provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, questionando os Vereadores sobre quais seriam as outras opções possíveis para fazer obra e desenvolver o Concelho de Carregal do Sal. Trouxe à colação que as candidaturas que tinham sido e as que iriam ser apresentadas e as obras a realizar, algumas de apoio ao comércio local, prestação de serviços e indústria, como eram os casos do melhoramento de rodovias, dos bairros sociais, das comunidades de energia e a expansão das zonas industriais, para além da consagração da substituição em todo o Concelho das luminárias existentes por leds. Disse ser este o caminho possível que terá de ser trilhado com razoabilidade, entendendo

que a elaboração do Orçamento tinha tido em conta as dificuldades e o grau de incerteza, o aumento de custos encontravam-se em patamares perfeitamente aceitáveis e existia uma estratégia de desenvolvimento, ao alcance do atual Executivo em permanência e com legitimidade para o fazer. _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para, relativamente à Casa do Passal, afirmar que esta obra não esteve parada, foi sempre considerada prioritária e o que o atual Executivo tinha feito foi a sua reprogramação, não tendo a mesma estado parada, como foi afirmado. _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo referiu-se à intervenção do Presidente da Câmara, afirmando que perante o que tinha ouvido confirmava a ideia que tinha e justificava o facto de não ter dado contributos para o Orçamento e para as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e três, na media em que as apostas políticas são efetivamente da maioria, referindo que não confundia a importância da Casa do Passal e do projeto Aristides de Sousa Mendes, com o voto contra que tinha manifestado sobre os documentos previsionais, pois estes não continham só a Casa do Passal e o projeto Aristides de Sousa Mendes. E quanto à Casa do Passal e o acompanhamento da obra, referiu que o projeto há muito que existia, tendo havido alterações pelas razões apontadas, reafirmando que o Orçamento não era apenas a Casa do Passal e Aristides de Sousa Mendes, não tendo, em circunstância alguma, manifestado que iria votar contra o projeto Aristides de Sousa Mendes. _____

_____ Concluiu a sua intervenção, referindo que não o pretendia fazer, mas a gestão do Presidente da Câmara e do seu Executivo, tinha sido de perseguição em relação à sua pessoa e à sua família. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para reafirmar que não estava à espera que o Vereador Luís Fidalgo votasse a





favor, mas esperava ouvir argumentos que justificassem esse voto contra, o que, no seu entendimento, não tinha acontecido. _____

_____ Quanto à perseguição a que se referiu, disse não saber do que estaria a falar. Sabia, isso sim, que tinham sido muitas as cartas anónimas que tinham acontecido sobre a sua pessoa para diversas instâncias, pelo que perante o que tinha sido dito insistiu para que o Vereador concretizasse, pois gostaria de saber quem eram as pessoas que perseguia e em que termos as perseguia. _____

_____ O Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo usou da palavra para concretizar, evidenciando uma situação de entrada abusiva por parte dos serviços da Câmara Municipal, numa propriedade da família, em que a sua mãe, de oitenta e oito anos, que acabara de ficar viúva, tinha recebido uma comunicação telefónica a dar conta do acontecimento. Contactou de imediato o Chefe de Divisão de Obras Municipais e Ambiente para saber o que se estaria a passar, que lhe disse que também não tinha conhecimento, mas que iria averiguar. Uma outra situação tinha a ver com a elaboração e publicitação de um Edital sobre o corte de ramos de árvores que pendem das propriedades para a via pública, e que no seu entendimento tinha o especial propósito de visa-lo pessoalmente. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que a Câmara Municipal depois que foi referido estava completamente esclarecida sobre as alegadas perseguições, referindo que não sabia exatamente as razões de entrada na sua propriedade e também não sabia que tinha árvores com ramos pendentes para a via pública a necessitarem de ser intervencionadas. Afirmou que as situações invocadas jamais tiveram a sua participação. _____

_____ Após estas intervenções relativamente ao Orçamento, ficou consagrado em ata que o mesmo importava, tanto na receita como na despesa, no montante de €17.432.038 (dezassete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e trinta e oito euros); sendo o valor das

receitas correntes de €9.099.633 (nove milhões, noventa e nove mil, seiscentos e trinta e três euros) e de capital €8.332.405 (oito milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinco euros). As despesas correntes no montante de €8.020.112 (oito milhões, vinte mil e cento e doze euros) e de capital de €9.411.926 (nove milhões, quatrocentos e onze mil, novecentos e vinte e seis euros).

—A Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, e os votos contra da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, a Proposta das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) e a Proposta do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e três, nos exatos termos em que foram distribuídos e apresentados.

—Mais deliberou enviar esta proposta para a Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo I à lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

—(0461/20221130) 14. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

—(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/25, sob o n.º 5978).

—Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços.

—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em



conta a proposta apresentada, que é do seguinte teor: _____

_____ "Assunto: **Contratação de empréstimos de Médio/Longo Prazo. Informação à Câmara Municipal e Assembleia Municipal para início de procedimentos.** _____

_____ Em sede de reuniões preparatórias dos documentos previsionais para o ano de 2023 e seguintes, face aos poucos recursos disponíveis para investimento em projetos que considera fundamentais para o Concelho, decidiu este executivo recorrer a empréstimos bancários para financiamento de alguns daqueles que pretende desenvolver e que se encontram devidamente inscritos em Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento, _____

_____ O valor dos empréstimos a contratar corresponde ao montante da responsabilidade do Município em cada um dos projetos, nos termos do quadro seguinte: _____

1 - Designação do projeto	2 - Valor do investimento (inclui 10% para Revisão de Preços, quando aplicável)	3 - Valor previsto obter de financiamento externo	4 - Valor do empréstimo (2-3)
Construção da ciclovia e via pedonal entre Carregal do Sal e Oliveirinha	989.056,90	621.820,00	367.236,90
Requalificação do edifício do antigo Mercado Municipal	629.207,47	415.603,20	213.604,27
À descoberta de C. Sal - Ecopista Aristides Sousa Mendes, "O Caminho da Esperança"	1.280.605,49	600.000,00	680.605,49
Requalificação do Centro de Saúde de Carregal do Sal	2.220.064,00	1.474.125,00	745.939,00
AIN TAR - Financiamento de operações no quadro do POSEUR	280.232,83	0,00	280.232,83
TOTAL	5.399.166,69	3.111.548,20	2.287.618,49

_____ O valor dos empréstimos é **até** aos montantes inscritos na coluna 4 do quadro, sendo expectável que não sejam utilizados na sua totalidade em resultado das diligências e esforços que se estão a desenvolver no sentido de obter um maior grau de financiamento externo a fundo perdido. _____

_____ De referir ainda que o empréstimo a contratar para financiamento da responsabilidade do Município em projetos a desenvolver pela AINTAR tem grande

probabilidade de não ser utilizado face à expectativa da associação de municípios conseguir aquele valor através da linha BEI, servindo o referido empréstimo para, entretanto, dotar orçamentalmente a transferência de capital que garanta a totalidade de financiamento junto do POSEUR. _____

_____ Face ao exposto, informa-se a Câmara Municipal que irá a Divisão Financeira e Património ser instruída no sentido de desencadear os procedimentos necessários à contratação dos referidos empréstimos de médio e longo prazo, até aos valores apresentados, e de verter alguns deles para os documentos previsionais do próximo quadriénio. _____

_____ Deverá esta informação acompanhar o pedido de autorização à Assembleia Municipal previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, necessária à contratação dos empréstimos indicados. _____

_____ O Presidente da Câmara, _____

_____ Paulo Catalino de Almeida Ferraz." _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, informou que tudo fará para não usar estes empréstimos, mas será expectável utilizar menos de metade do valor, nomeadamente no que se refere à requalificação do Centro de Saúde e O Caminho da Esperança, bem como os valores da AINTAR, que será pelo BEI. _____

_____ A Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e a abstenção do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, a proposta apresentada referente à Contratação de Empréstimos de Médio/Longo Prazo, Informação à Câmara Municipal e Assembleia Municipal para inícios de procedimentos. _____



— Assim, deliberou enviar esta proposta à Assembleia Municipal, para aprovação, em cumprimento da legislação atrás mencionada e bem assim das disposições do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pelo anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. —

— **ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** —

— **ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO** —

— (0462/20221130) 15. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —

— *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/24, sob o n.º 5992).* —

— Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços datada de vinte e quatro do corrente mês e ano, registada sob o número cinco mil novecentos e noventa e dois. —

— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação prestada, que é do seguinte teor: —

— **“Assunto: Autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho).** —

— Ex.ma Senhora Vice-Presidente, —

— Considerando que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: —

——— a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ———

——— b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,98€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. ———

——— Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. —————

——— Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua redação atual, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. ———

——— Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro). —————

——— Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho. —





———Pelo exposto, proponho: _____

———1. Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados. _____

———2. Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea _____

———c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. _____

———3. Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. —

———4. Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. _____

———5. Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará

informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta e deliberação. _____

_____ À consideração de V.^a Ex.^a _____

_____ O Chefe de Divisão Financeira e Património, _____

_____ António Jorge da Maia Martins.” _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta e pedido de autorização prévia genérica favorável à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais, referente aos encargos orçamentais em mais de um ano económico. _____

_____ Assim, deliberou enviar o documento referenciado para a Assembleia Municipal, para aprovação, em cumprimento da legislação atrás mencionada e bem assim das disposições do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pelo anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ ***ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS*** _____

_____ (0463/20221130) 16. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. PROPOSTA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/24, sob o n.º 5987).* _____

_____ Foi presente, na reunião, a proposta referente ao assunto supramencionado, registada sob o número cinco mil novecentos e oitenta e sete. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a proposta subscrita pela Vice-Presidente da Câmara, que é do seguinte teor: _____

_____ **“Assunto: ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** _____

_____ P R O P O S T A _____



À Câmara Municipal de Carregal do Sal.

ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Considerando que:

a) O n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), determina que “a assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios”;

b) O Regulamento, Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços em vigor na área territorial do Município de Carregal do Sal, devidamente aprovados pela Assembleia Municipal, contém no seu Regulamento normas, nomeadamente a do artigo 46.º, que têm operacionalizado a concessão de isenções e ou reduções de tributos próprios, deliberadas casuística e fundamentadamente pela Câmara Municipal;

c) É um imperativo dar cumprimento ao disposto na Lei das Finanças Locais (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), assegurando, em paralelo, a oportunidade e eficácia em matéria de concessão de isenções/reduções;

PROPONHO que nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 16.º da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que a Câmara Municipal delibere apresentar à Assembleia Municipal uma proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos próprios, nos termos já fixados nas respetivas disposições do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de serviços em vigor, nomeadamente o artigo 46.º do Regulamento, num valor estimado de €50 000,00 (cinquenta mil euros), para o ano de 2023.

_____ Paços do Município de Carregal do Sal, 24 de novembro de 2021. _____

_____ A Vice-Presidente, _____

_____ Izabel Azevedo.” _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada referente às isenções/reduções em matéria de tributos próprios para vigorar no ano de dois mil e vinte e três. _____

_____ Mais deliberou enviar esta proposta para a Assembleia Municipal, para aprovação deste órgão deliberativo, em cumprimento da legislação atrás mencionada e bem assim das disposições do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pelo anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ ***IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS*** _____

_____ (0464/20221130) 17. IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. FIXAÇÃO DE TAXAS NOS TERMOS DOS ARTIGOS 112.º E 112.º- A DO CIMI. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/24, sob o n.º 5979).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número cento e treze, datada de vinte e quatro do corrente mês e ano, registada sob o número cinco mil novecentos e setenta e nove. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, referindo que a proposta do Executivo em permanência é a de não manter a redução genérica de dez por cento, em todo o Concelho, a que alude o número seis do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, por lhe parecer que a forma como



a mesma estava a ser aplicada gerava algumas injustiças e subsequente o principio da lei, ficando de este assunto ser estudado no ano de dois mil e vinte e três, com as Juntas de Freguesia de molde a encontrar uma fórmula justa e adequada, tendo em conta a dispersão e a realidade territorial das povoações do Concelho. _____

_____A informação prestada, que é do seguinte teor: _____

_____“Assunto: IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis. Fixação de Taxas nos termos do artigo 112.º e 112.º A do CIMI. _____

_____Exma. Senhora Vice-Presidente, _____

_____Reportamo-nos ao assunto supramencionado, para informar V.^a Ex.^a que é competência dos órgãos do Município, fixar as taxas a que alude o artigo 112.º, bem como a redução a que alude o artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis. _____

_____No ano transato, foi deliberado: _____

_____a) Fixar a taxa, de harmonia com a alínea c) do citado artigo 112.º do CIMI, de 0,3% (no intervalo de 0,3% a 0,45%); _____

_____b) Reduzir a taxa estabelecida dos prédios de sujeitos passivos com dependentes, de acordo com o artigo 112.º-A do CIMI, nos seguintes termos: _____

_____1 dependente – vinte euros; _____

_____2 dependentes – quarenta euros; _____

_____3 ou mais dependentes – setenta euros. _____

_____No que concerne aos prédios rústicos, a taxa legal é de 0,8%, sem prejuízo da aplicabilidade do que dispõem os n.os 9, 10 e 11 do artigo 112.º do CIMI. _____

_____Mantém-se em vigor a disposição legal referente à faculdade de majoração da respetiva taxa dos prédios urbanos degradados, tal como se encontra definido no n.º 8 do mesmo artigo. _____

_____Relativamente às receitas, dos últimos anos (de 2017 à data atual), as mesmas

constam da descrição da parte final desta informação. _____

_____O prazo limite para comunicação da taxa que vier a ser fixada é o dia 31 de dezembro de 2022. _____

_____Assim, deixamos à consideração de V.^a Ex.^a e da digníssima Câmara Municipal deliberação em conformidade que terá de ser submetida, também, à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. _____

_____O valor da receita proveniente do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, teve a seguinte evolução: _____

_____Ano de 2017 – 683 450,52€; _____

_____Ano de 2018 – 700 419,81€; _____

_____Ano de 2019 – 696 045,58€; _____

_____Ano de 2020 – 710 147,54€; _____

_____Ano de 2021 – 715 923,20 €; _____

_____Ano de 2022 – Até à data de 31/10/2022 – 538 290,41€ _____

_____À consideração de V.^a Ex.^a _____

_____O Chefe de Divisão de Administração Geral, _____

_____António Manuel Ribeiro _____

_____O Chefe de Divisão Financeira e Património, _____

_____António Jorge da Maia Martins.” _____

_____A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar as taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos seguintes termos: _____

_____a) Fixação da taxa da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do CIMI – Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, em zero vírgula três por cento (no intervalo de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco por cento); _____



—b) Redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo com dependentes a cargo, nos termos do artigo centésimo décimo segundo traço A do CIMI – Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos seguintes termos: um dependente – vinte euros; dois dependentes – quarenta euros; três ou mais dependentes – setenta euros. —

—Mais deliberou enviar esta proposta à Assembleia Municipal, para aprovação deste órgão deliberativo, nos termos e para os efeitos das disposições do código do imposto municipal sobre imóveis e do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pelo anexo I da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro de dois mil e treze. —

— ***LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS*** —

—(0465/20221130) 18. LEI N.º 16/2022, DE 16 DE AGOSTO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —

—(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/24, sob o n.º 5990). —

—Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número cento e catorze, datada de vinte e quatro do corrente mês e ano, registada sob o número cinco mil novecentos e noventa. —

—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação prestada, que é do seguinte teor: —

—“Assunto: Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto (Lei das Comunicações Eletrónicas). —

—Exma. Senhora Vice-Presidente, —

—Reportamo-nos ao assunto supramencionado para informar V.^a Ex.^a que é competência dos órgãos do Município, fixar a taxa a que alude o artigo 169.º da Lei supramencionada, não podendo ultrapassar os 0,25%. —

— Cumpre-nos informar que o prazo limite para comunicação é o mês de dezembro, pelo que após a apreciação e deliberação por parte da Câmara Municipal, deverá este assunto transitar para a Assembleia Municipal. —

— Mais se informa que o valor da receita proveniente da TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, foi de: —

— Ano de 2017 – 2 230,21€; —

— Ano de 2018 – 2 771,18€; —

— Ano de 2019 – 2 775,84€; —

— Ano de 2020 – 2 934,94€; —

— Ano de 2021 – 1 821,60€; —

— Ano de 2022 – Até 31 de outubro – 2 749,65€. —

— À consideração de V.^a Ex.^a —

— O Chefe de Divisão de Administração Geral, —

— António Manuel Ribeiro.” —

— A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade fixar a percentagem de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), referente à taxa municipal de direitos de passagem. —

— Mais deliberou enviar esta proposta à Assembleia Municipal, para aprovação deste órgão deliberativo, nos termos e para os efeitos das disposições da lei das comunicações eletrónicas e do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pelo anexo I da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro de dois mil e treze, nos termos das respetivas disposições da Lei número dezasseis barra dois mil e vinte e dois, de dezasseis de agosto. —

— ***PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS*** —

— (0466/20221130) 19. REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – PERCENTAGEM DE IRS PRETENDIDA PELO MUNICÍPIO

percentagem, até ao limite de 5% (cinco por cento), pelo que após aprovação por parte da Câmara Municipal, deverá este assunto ser encaminhado para a Assembleia Municipal para posterior aprovação. A evolução da receita proveniente da participação no IRS, é a seguinte: _____

_____ Ano de 2017 -173 670,00€; _____

_____ Ano de 2018 -192 780,00€; _____

_____ Ano de 2019 -204 765,00€; _____

_____ Ano de 2020 -209 735,00€; _____

_____ Ano de 2021 -234 324,00€; _____

_____ Ano de 2022 -Até à data de 31/10 -202 720,00€. _____

_____ À consideração de V.^a Ex.^a _____

_____ O Chefe de Divisão de Administração Geral _____

_____ António Manuel Ribeiro, _____

_____ O Chefe de Divisão Financeira e Património, _____

_____ António Jorge da Maia Martins.” _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade fixar e propor, nos termos do artigo vigésimo sexto do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, na sua redação atual, a percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo septuagésimo oitavo do Código do IRS. _____

_____ Mais deliberou enviar esta proposta à Assembleia Municipal, para aprovação deste órgão deliberativo, nos termos e para os efeitos das disposições da Lei do regime



[Handwritten signature]

financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei número setenta e três, de três de setembro de dois mil e treze, na sua redação atual e do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pelo anexo I da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro de dois mil e treze.

ACORDOS DE FINANCIAMENTO

(0467/20221130) 20. CONTRATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA O ANO DE 2023 A 2028. E-MAIL EMANADO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/04, sob o n.º 8683).

Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, emanado da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, capeado com o *email* datado de três de novembro do corrente ano, subordinado ao assunto "SPTP - Acordos de financiamento que terão que ser aprovados nas Assembleias Municipais", no âmbito da Contratualização dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros para o ano de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e oito.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída.

Este assunto foi amplamente analisado pelo Executivo Camarário, tendo sido esclarecidas as dúvidas suscitadas e sido realçados os benefícios do Acordo ora firmado.

Após a análise ora referida, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes

d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e abstenção do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, o Acordo de Financiamento no âmbito da Contratualização dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros para o ano de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e oito, nos termos da documentação apresentada pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, que se considera parte integrante desta deliberação. _____

_____A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para justificar o seu voto a favor, afirmando que o tinha feito com uma ressalva, ou seja, no sentido de que tudo deveria ser feito para que as verbas ínsitas na documentação, para anos futuros, não fossem alteradas/aumentadas, tendo o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, ficado mandatado para junto da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões colher as informações tidas por adequadas. _____

_____Mais deliberou submeter esta proposta à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação por parte do órgão deliberativo. _____

_____ **21. AUDITORIAS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS** _____

_____ (0468/20221130) 21.1 RELATÓRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO SEMESTRAL. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/10/18, sob o n.º 5155).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços, datada de dezoito de outubro do corrente ano, registada sob o número cinco mil cento e cinquenta e cinco. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação prestada e os documentos associados. _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório Económico e Financeiro



Semestral, sendo que o mesmo será enviado e apreciado na Assembleia Municipal. _____

_____(0469/20221130) 21.2 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____(*Documento registado nos serviços camarários, em 2022/10/18, sob o n.º 5154*). _____

____—Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços datada de dezoito de outubro do corrente ano, registada sob o número cinco mil cento e cinquenta e quatro. _____

____—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação prestada. _____

____—A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório de Acompanhamento em epígrafe. _____

____—**CLASSIFICAÇÃO DE MONUMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL** _____

_____(0470/20221130) 22. CLASSIFICAÇÃO DA CASA DO PAÇO, OU CASA ALARCÃO OU CASA DE S. JOSÉ, NA AVENIDA DONA MARIA EMÍLIA OSÓRIO, 23, EM CABANAS DE VIRIATO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____(*Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/21, sob o n.º 5911*). _____

____—Foi presente, na reunião, o processo referente ao assunto supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços datada de vinte e um do corrente mês e ano, registada sob o número cinco mil novecentos e onze. _____

____—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação prestada, que é do seguinte teor: _____

____—**“Assunto: Processo de Classificação de Monumento de Interesse Municipal**

(MIM) – Casa do Paço, ou Casa Alarcão, ou de São José._____

_____ Exma. Senhora Vice-presidente, _____

_____ Relativamente ao assunto em epígrafe, Classificação da Casa do Paço, ou Casa Alarcão ou Casa de S. José, situada na Rua da Filarmónica, na localidade e freguesia de Cabanas de Viriato, cumpre-me informar o seguinte:_____

_____ 1. Foi presente na reunião ordinária da Câmara Municipal de Carregal do Sal, realizada no dia 24/02/2022, o pedido de abertura do procedimento classificação do imóvel acima referenciado, a qual deliberou favoravelmente dar início ao procedimento;_____

_____ 2. A abertura do procedimento de classificação foi publicada em Diário da Republica, 2ª Série, através do Anuncio nº 190/2022 de 12 de setembro de 2022, para que nos termos dos artigos 27º e 46º do DL nº 309/2009 de 23 de outubro e por um prazo de 30 dias, os interessados pudessem apresentar quaisquer reclamações, disponibilizando os elementos do processo na página eletrónica do Município e outros locais de estilo;_____

_____ 3. O período de audiência decorreu de 13 de setembro a 25 de outubro de 2022, não tendo havido qualquer reclamação;_____

_____ 4. O processo de Classificação da Casa do Paço, ou Casa Alarcão, ou de S. José, como Monumento de Interesse Municipal (MIM), encontra-se finalmente em condições de ser aprovado, devendo o mesmo ser remetido e agendado na próxima Reunião da Câmara Municipal. _____

_____ Em suma é tudo o que se pode informar sobre o assunto em causa. _____

_____ À consideração de V.ª Ex.ª _____

_____ A Coordenadora da Unidade de Planeamento e Urbanismo, _____

_____ Cristina Maria Sobral da Silva.” _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade, concordar e aprovar a proposta apresentada,



determinando aos serviços as diligências necessárias à eficácia da deliberação. _____

_____ **ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO** _____

_____ (0471/20221130) 23. 1.º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ (*Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/24, sob o n.º 5982*). _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo referente à Estratégia Local de Habitação, que se encontrava capeado com a informação dos serviços e documentos associados, documentos que se consideram integralmente reproduzidos nesta ata para todos os efeitos legais aplicáveis. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, nomeadamente sobre os fundamentos que consagravam a proposta de alteração do documento estratégico, evidenciando o trabalho desenvolvido pelos serviços e remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada referente à Alteração da Estratégia Local de Habitação, proposta esta que será submetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____ **PESSOAL AUTÁRQUICO** _____

_____ (0472/20221130) 24. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

————— *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/12/02, sob o n.º 6107).* —————

————— Foi presente, na reunião, o processo referente à Organização dos Serviços (Proposta de Alteração) e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e três. —————

————— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, evidenciando a criação de uma unidade intermédia de terceiro grau para apoio à Divisão de Administração Geral e o recrutamento de alguns postos de trabalho para reforço das equipas municipais, nomeadamente dos serviços operativos, de molde a responder aos desafios e à missão de serviço público. —————

————— Este assunto foi amplamente analisado por todos os elementos da Câmara Municipal e às dúvidas suscitadas foram dadas respostas. —————

————— Após as intervenções e as explicações dadas, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias e abstenções da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, a proposta apresentada referente à Organização de Serviços (Proposta de Alteração) e ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e três, proposta esta que será submetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. —————

————— **LOTEAMENTOS** —————

————— (0473/20221130) 25. 1.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 01/97. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —————





— (Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/25, sob o n.º 6001). —

— Foi presente, na reunião, o processo referente ao Loteamento Urbano em epígrafe (Primeiro Aditamento), que se encontrava capeado com a informação dos serviços, datada de vinte e cinco do corrente mês e ano. —

— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação oportunamente disponibilizada. —

— A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e abstenção do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, a proposta apresentada referente ao Primeiro Aditamento ao Alvará de Loteamento número um barra noventa e sete. —

— **PAGAMENTOS** —

— (0474/20221130) 26. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —

— O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, informou o restante Executivo Camarário dos pagamentos havidos, a que se referiam as autorizações com início no número três mil, duzentos e vinte sete e termo no número três mil, trezentos e vinte e cinco, no montante de €198 890,48 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e noventa euros e quarenta e oito cêntimos), todas elas devidamente registadas. —

— A Câmara Municipal tomou conhecimento e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e ratificar as decisões proferidas pelo Presidente da Câmara

e/ou pelos Vereadores. _____

_____(0475/20221130) **ENCERRAMENTO.** _____

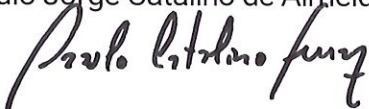
____—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, deixou à consideração dos membros da Câmara Municipal, a agenda das reuniões ordinárias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido fixados os dias quinze (primeira reunião, não pública) e vinte e nove (segunda reunião, pública). _____

____—Deu informação da pretensão de proporcionar aos trabalhadores, pelo menos, a tolerância de ponto na tarde do dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e dois e que a realização do Mercadinho de Natal iria realizar-se nos dias dezassete e dezoito de dezembro de dois mil e vinte e dois. O Jantar de Natal seria no dia vinte e um e o Jantar de Natal Solidário seria no dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e dois. _____

____—Ao dar por concluída a agenda da ordem do dia desta reunião, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, apresentou cumprimentos e saudações aos presentes e às pessoas que estavam a assistir *online*. Informou, por último, que a versão completa do projeto da ata seria remetida aos membros da Câmara Municipal para apreciação, que depois de aprovada será por si assinada, conjuntamente com quem a lavrou. — _____

____—E, nada mais havendo a tratar, pelo Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, quando eram vinte e duas horas e seis minutos. _____

____—Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz



____—António Manuel Ribeiro

